

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 137/2024  
Data: 04/12/2024



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
CRUZEIROS NO PORTO DE SANTOS PROMETEM AGITAR MAIS DE 184 MIL PESSOAS EM DEZEMBRO NO LITORAL DE SÃO PAULO	4
PREFEITURA DE SANTOS DIZ QUE ÁREA DESTINADA A LEILÃO NÃO TERÁ ATIVIDADE PORTUÁRIA; ENTENDA.....	5
ANTAQ FARÁ AUDIÊNCIA SOBRE INSTALAÇÕES DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO.....	6
MEGATERMINAL NO PORTO DE SANTOS MOTIVA DEBATE PÚBLICO SOBRE IMPACTOS; ENTENDA.....	6
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>8</b>
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE INSTALAÇÕES DE APOIO VAI ACONTECER NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (10).....	8
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>9</b>
AVIAÇÃO - GOVERNO FEDERAL AUTORIZA NOVOS INVESTIMENTOS PARA O AEROPORTO DE DOURADOS (MS).....	9
PREÇO DO BILHETE AÉREO RECUA EM 22 ESTADOS E NO DF .....	10
VOA BRASIL FECHA QUARTO MÊS COM 20 MIL APOSENTADOS TRANSPORTADOS .....	11
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>12</b>
PORTOSRIO FORTALECE LAÇOS INTERNACIONAIS EM REUNIÃO COM A AUTORIDADE PORTUÁRIA DOMINICANA.....	12
PORTOS PARANAENSES INICIAM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS ISO.....	12
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>13</b>
EDITORIAL – A SEGURANÇA NOS PORTOS: UM DESAFIO QUE CLAMA POR INTEGRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO .....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Passagens mais baratas 1</i> .....	14
<i>Passagens mais baratas 2</i> .....	14
<i>Passagens mais baratas 3</i> .....	14
<i>Investimento 1</i> .....	15
<i>Investimento 2</i> .....	15
NACIONAL - BRASIL APOSTA EM AGROINDÚSTRIA SUSTENTÁVEL COM R\$ 546 BI DE INVESTIMENTOS.....	15
PORTOS - PF E RECEITA PEDEM MAIS INTEGRAÇÃO E TECNOLOGIA CONTRA CRIMES .....	16
PORTOS - MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS PASSA PELA ADOÇÃO DE TECNOLOGIA DE PONTA .....	18
NACIONAL - PROJETO PROPÕE MUDANÇAS NA CABOTAGEM E REFORÇO À INDÚSTRIA NAVAL .....	20
NACIONAL - ABEAR ANUNCIA JULIANO NOMAN COMO NOVO PRESIDENTE .....	21
REGIÃO SUL - INFRAERO ENTREGA PRIMEIRA FASE DE OBRAS DE AEROPORTOS GAÚCHOS.....	21
REGIÃO SUDESTE - COM R\$ 2,6 BI, PORTO CENTRAL INICIA 1ª FASE DE OBRAS .....	23
PORTO DE SANTOS - ECOPORTO ASSINA CONTRATO DE TRANSIÇÃO NO PORTO DE SANTOS .....	24
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>24</b>
PORTO DE SANTOS PROMOVE CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS .....	24
BRASIL E PORTUGAL ESTREITAM PARCERIA EM SEGURANÇA AGROALIMENTAR.....	25
ESTADOS UNIDOS ANUNCIAM RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO DE CHIPS PARA A CHINA.....	26
ENTENDA O QUE MUDA NA ISENÇÃO DE IR POR DOENÇAS GRAVES .....	26
<b>BAHIA ECONÔMICA - BA</b> .....	<b>27</b>
MINERADORA VALE ADMITE QUE ESTUDA A COMPRA DA BAMIN .....	27
GOVERNO PREPARA CONCESSÃO DE 2.400 KM DE FERROVIAS PARA LIGAR LESTE A OESTE DO PAÍS.....	28
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>29</b>
LIRA DIZ QUE MOMENTO DO ANÚNCIO DE ISENÇÃO DO IR PARA R\$ 5 MIL FOI INADEQUADO E DEFENDE QUE MEDIDA PRECISA SER NEUTRA .....	29
‘NÃO PASSARÃO’, DIZ EDUARDO PAES SOBRE ESTUDOS DO GOVERNO FEDERAL PARA AMPLIAR LIMITE DE PASSAGEIROS NO SANTOS DUMONT.....	30
GOVERNO LULA TROCA PRESIDENTE DE CONSELHO DA PETROBRAS E AUMENTA PODER DO PT NA EMPRESA.....	32
PROJETO QUE PERMITE RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS COM A UNIÃO AVANÇA NO SENADO.....	33
PRODUÇÃO INDUSTRIAL RECUA 0,2% EM OUTUBRO, APÓS DOIS MESES DE CRESCIMENTO .....	34
HADDAD DIZ QUE PACOTE ATENDE EXPECTATIVA PARA RESULTADOS FISCAIS E NEGA POPULISMO EM ANÚNCIO SOBRE IMPOSTO DE RENDA .....	35
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>36</b>
‘GOVERNO ESCOLHEU O POPULISMO ECONÔMICO E DEVE COLHER DERROTA ELEITORAL’, DIZ ALEXANDRE SCHWARTSMAN. 37	
GOVERNO NÃO TEM VOTO PARA MEDIDAS DO PACOTE DE GASTOS, MAS CONGRESSO NÃO VAI FALTAR, DIZ LIRA.....	39



BRASIL QUER ANUNCIAR CONCLUSÃO DE ACORDO COM UE NA SEXTA-FEIRA, MAS AINDA AGUARDA OS EUROPEUS .....	41
PARA 61% DO MERCADO, HADDAD PERDEU FORÇA DESDE O INÍCIO DO MANDATO, MOSTRA PESQUISA GENIAL/QUAEST.....	42
OPINIÃO - SILÊNCIO ELOQUENTE DE HADDAD PREJUDICA PLANOS DO GOVERNO.....	43
OPINIÃO - MINISTÉRIO DA FAZENDA PRECISA ORAR A PACHECO E A LIRA PELO PACOTE DE GASTOS.....	44
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>45</b>
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO E FIRJAN CRITICAM POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DE VOOS NO SANTOS DUMONT .....	45
COMISSÃO DA CÂMARA APROVA PEC QUE EXIGE AVAL DO CONGRESSO PARA BDNES EMPRESTAR DINHEIRO A OUTROS PAÍSES .....	46
GOVERNO IMPROVISA PARA BELÉM RECEBER A COP30 .....	48
MERCADO DE CARBONO PROJETA AUMENTO NA APRESENTAÇÃO DE INVENTÁRIOS .....	50
O NOVO MOMENTO DA PEC DA SEGURANÇA .....	51
ANÁLISE: VALE DÁ MAIS UM PASSO NAS MUDANÇAS EXECUTIVAS, MAS DESAFIOS SEGUEM NA MESA.....	52
JUREMA MONTEIRO DEIXA PRESIDÊNCIA DA ABEAR E JULIANO NOMAN, EX-ANAC, ASSUME EM DEZEMBRO .....	55
VALE ACREDITA EM DEMANDA INTERNACIONAL ESTÁVEL PARA MINÉRIO DE FERRO .....	55
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>57</b>
FIRJAN DESTACA POTENCIAL DO RJ PARA PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES .....	57
SANTOS BRASIL INVESTE R\$ 55 MILHÕES EM TRANSFORMAÇÃO DIGITAL .....	57
ECOPORTO SANTOS FIRMA CONTRATO DE TRANSIÇÃO COM APS .....	58
BRAVANTE RECEBE NOVA AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DE GRANÉIS LÍQUIDOS EM TUP.....	59
PETROBRAS LANÇA EDITAL PARA AFRETAMENTO DE MPSV .....	59
ARTIGO - AS (LEGÍTIMAS) DORES DA INDÚSTRIA .....	60
DETROIT LANÇA REBOCADOR 'C-FALCÃO' DA CAMORIM.....	63
PORTOS BRASILEIROS ENFRENTAM DEFASAGEM E PERDAS BILIONÁRIAS NO COMÉRCIO EXTERIOR .....	63
ANP PREMIOU PROJETOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM 6 CATEGORIAS .....	64
MAIS 11 BLOCOS ENTRAM NA OFERTA PERMANENTE SOB REGIME DE PARTILHA.....	65
DRAGAGEM NOS RIOS AMAZONAS E SOLIMÕES REFORÇA NAVEGABILIDADE E INFRAESTRUTURA FLUVIAL.....	65
ESTALEIRO DE RECICLAGEM E TECON ESTÃO NO RADAR DO FUTURO COMPLEXO DO ES.....	66
<b>MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>67</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	67





### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## CRUZEIROS NO PORTO DE SANTOS PROMETEM AGITAR MAIS DE 184 MIL PESSOAS EM DEZEMBRO NO LITORAL DE SÃO PAULO

Cinco navios farão 25 escalas no cais santista, atraindo mais que o dobro de público registrado em novembro

Por Bárbara Farias



*MSC Seaview foi o primeiro transatlântico a atracar em Santos no mês passado, abrindo a temporada; ele fará nove escalas em dezembro (Divulgação/MSC Cruzeiros)*

O Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, em Santos, receberá cinco navios e o dobro de escalas em dezembro, em comparação ao primeiro mês da temporada de cruzeiros 2024/2025. São esperadas mais de 184,3 mil pessoas, 128,9% a mais do que o público de novembro (80,5 mil).

Além das viagens tradicionais, cinco cruzeiros temáticos passarão pelo Porto de Santos, com artistas de gêneros musicais diversos, como Zeca Pagodinho, Belo, Marisa Monte, Gustavo Lima, Zota Quest, Alok entre outros.

Segundo o Concais, que faz a gestão do terminal de cruzeiros, do total de 184.252 passageiros esperados em dezembro, 89.634 são para embarques, 84.217 em desembarques e 10.401 em trânsito.

Neste mês, três transatlânticos da MSC e dois da Costa atracarão em Santos, totalizando 25 escalas. São eles, o MSC Seaview (nove escalas), MSC Grandiosa (quatro), o MSC Splendida (três), o Costa Pacifica (sete) e o Costa Diadema (duas).

### Ano-Novo

A atração inédita ficará para a noite de Réveillon, quando o Costa Pacifica permanecerá ancorado na Baía de Santos para que os cruzeiristas possam assistir ao tradicional espetáculo da queima de fogos na virada do ano.

O cruzeiro Réveillon em Alto-Mar vai de 29 de dezembro a 2 de janeiro, com Wesley Safadão, Gustavo Lima, Alok, Luan Santana, Jota Quest, Capital Inicial, É o Tchan, Henrico e Bruno & Denner.

O Concais informou que terá uma atração especial no período entre o Natal e o Ano-Novo. “Uma equipe de profissionais com fantasias temáticas de Papai Noel receberá os passageiros em alguns embarques na semana de festas”.

O gerente de Operações do Concais, Javier Carnevale, comemora os números do início desta temporada 2024/2025. “Esperamos que em dezembro e nos próximos meses o impacto seja tão positivo quanto nas últimas semanas e que possamos seguir escrevendo mais um incrível capítulo na história da temporada de cruzeiros em Santos e no Brasil”.

### Temáticos

Neste mês, além do Réveillon em Alto-Mar, haverá outros quatro cruzeiros temáticos no Seaview, organizados pela empresa PromoAção.

Dois deles são o Navio do Zeca Pagodinho (de sexta-feira a segunda-feira), com Diogo Nogueira, Vanessa da Mata, Jorge Aragão, Xande de Pilares, Maria Rita, Fundo de Quintal etc.; e Belo em Alto-Mar (de segunda-feira ao dia 12), com Soweto, Ludmilla, Pixote, Turma do Pagode, Thiaguinho e Ferrugem.

Ainda este mês, haverá o cruzeiro Marisa Monte - Festival Navegantes (entre os dias 12 e 15), com Adriana Calcanhotto, Arnaldo Antunes, Carlinhos Brown, João Gomes, Ney Matogrosso, Pretinho da Serrinha, Seu Jorge, Silva e Xande de Pilares; e um último cruzeiro (do dia 15 ao 18) com Fresno, The Last Internationale, Mamonas Assassinas - o Legado, Reação em Cadeia, Colomy e Luana Camarah.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 04/12/2024*

## **PREFEITURA DE SANTOS DIZ QUE ÁREA DESTINADA A LEILÃO NÃO TERÁ ATIVIDADE PORTUÁRIA; ENTENDA**

Arrendamento do STS33 foi anunciado pelo Ministério de Portos e Aeroportos; município afirma que área é para habitação popular

*Por Bárbara Farias*



*Atualmente, o STS33 é ocupado pela empresa Transbrasa no bairro do Jabaquara, em Santos (Carlos Nogueira/Arquivo AT)*

O STS33, no Jabaquara, em Santos, não pode ser arrendado para atividade portuária porque a área, dentro da zona urbana, é destinada para habitação popular, segundo a Prefeitura. O leilão de arrendamento do STS33 foi anunciado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), na última quarta-feira. A ideia da pasta é arrendá-lo em 2025.

A Administração Municipal afirma que em “eventual arrendamento” da área não será permitida atividade portuária, “pois a área é de interesse social”.

Há tratativas entre Prefeitura e Autoridade Portuária de Santos (APS) para transferência do STS33. Embora ainda não haja uma definição, a APS cogita transferir a área para a Vila dos Criadores, que pode ser integrada ao Porto.

“O STS33 foi incluído na revisão da poligonal. Assim que o decreto for publicado, começaremos com essa linha de tempo de transferência da área”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini, na última sexta-feira.

Atualmente, o STS33 é ocupado pela Transbrasa. A companhia possui um contrato de transição firmado com a APS válido por seis meses, até fevereiro de 2025. O arrendamento da empresa venceu no em 1º de março. Na época, a gestão portuária firmou o primeiro contrato transitório, com vigência de 2 de março a 28 de agosto. O segundo acordo transitório está em vigor desde 29 de agosto. Procurada, a Transbrasa não se manifestou.

O MPor anunciou 50 arrendamentos e concessões até 2026, que inclui o STS33. A licitação está prevista para o segundo trimestre de 2025. O contrato será de 25 anos, no valor de R\$ 491,50 milhões.

De acordo com a APS, o terminal tem 51.460 metros quadrados (m<sup>2</sup>) e movimentará contêineres. O MPor havia divulgado que a área tem 30.546 m<sup>2</sup> e que seria para granel líquido. O ministério não respondeu aos questionamentos de A Tribuna.

Fonte: A Tribuna Digital - SP  
Data: 04/12/2024

## ANTAQ FARÁ AUDIÊNCIA SOBRE INSTALAÇÕES DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

Encontro será na próxima terça-feira  
Por [ATribuna.com.br](http://ATribuna.com.br)



**Objetivo é aprimorar a revisão sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário (Unsplash)**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vai realizar, na próxima terça-feira (10), a partir das 10 horas, a Audiência Pública 16/2024, que trata do aprimoramento da proposta de revisão da Resolução Normativa Antaq nº 13/2016, sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário.

A norma foi objeto de Análise de Resultado Regulatório (ARR) no ano passado e agora as revisões propostas passarão pelo período de contribuição social.

A sessão será transmitida pelo canal da Antaq no YouTube. Não é necessária inscrição para assistir. No entanto, os interessados em se manifestar na audiência deverão se inscrever pelo Whatsapp no número (61) 2029-6940, das 9 às 15 horas da próxima terça-feira.

Instalações de apoio ao transporte aquaviário são pontos de parada de embarcações para carga e descarga, ou locais desassistidos de terminal portuário regularizado, que apoiam empresas de navegação de interior.

### Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos ao normativo estão disponíveis neste link.

O período para as contribuições escritas vai até as 23h59 do dia 26 de dezembro, exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponível no site da Antaq, não sendo aceitas contribuições enviadas por outro meio.

Será permitido anexar imagens digitais pelo email: [anexo\\_audiencia162024@antag.gov.br](mailto:anexo_audiencia162024@antag.gov.br), mediante identificação do contribuinte.

### Desempenho ambiental

A Antaq abriu a janela de avaliação do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), referente ao período avaliativo de 2024. O objetivo é que as instalações portuárias atualizem as informações dos seus respectivos questionários do IDA.

O questionário está disponível no sistema do índice. O prazo para preenchimento vai até o dia 31 de janeiro de 2025.

Fonte: A Tribuna Digital - SP  
Data: 04/12/2024

## MEGATERMINAL NO PORTO DE SANTOS MOTIVA DEBATE PÚBLICO SOBRE IMPACTOS; ENTENDA

Vereadores, trabalhadores portuários e caminhoneiros estão preocupados com os acessos à Cidade  
Por [Bárbara Farias](#)



*O STS10 será o maior terminal de contêineres já licitado no Brasil e está localizado no Saboó, com área total de 601.101 metros quadrados (Sérgio Furtado/Imagens Aéreas)*

Os impactos causados à Cidade pelo futuro megaterminal de contêineres que ocupará a área STS10, no cais do Saboó, no Porto de Santos, estiveram no centro das discussões durante audiência pública, nesta segunda-feira (2), na Câmara.

A principal preocupação é com os acessos ao Município, que já não têm infraestrutura adequada para o atual número de caminhões. O trânsito de veículos pesados vai aumentar expressivamente com a implantação do novo terminal de contêineres, que tem previsão de ir à leilão no ano que vem.

A audiência pública foi convocada pela Comissão de Assuntos Portuários, Marítimos, Indústria e Comércio (Capmic), da Câmara e ocorreu no plenário Oswaldo de Rosis.

Presentes no encontro, sindicalistas que representam os caminhoneiros autônomos e os trabalhadores portuários avulsos cobraram melhorias nos acessos ao Porto, na entrada de Santos, além da manutenção de empregos das categorias com o novo empreendimento.

Durante sua fala, o presidente da Capmic, vereador Francisco Nogueira (PT), avaliou que o STS10 pode agravar os congestionamentos na entrada da Cidade se obras de infraestrutura logística não forem executadas para atender ao volume de caminhões que aumentará quando iniciarem as operações do terminal.

Na última quarta-feira, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou que o leilão para arrendamento do STS10 está previsto para o último trimestre de 2025. O terminal será dedicado à movimentação, operação e armazenagem de contêineres em uma área de 601,9 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>). O contrato, no valor de R\$ 3,51 bilhões, terá vigência de 25 anos.

Ocorre que, atualmente, o Ecoporto Santos ocupa 85 mil m<sup>2</sup> dentro da área a ser arrendada, onde opera contêineres e cargas de projeto. O contrato com o Ecoporto já venceu em 2022, mas vem sendo prorrogado de forma temporária a cada seis meses.

Nogueira defendeu que seja firmado um contrato de transição de três anos para garantir a manutenção dos empregos de trabalhadores portuários avulsos e vinculados, além do espaço adequado para acomodar as cargas de projeto.

O vereador disse que a comissão apoia o desmembramento do espaço, no Saboó, em três áreas, para acomodar o Terminal Marítimo de Passageiros (a ser transferido de Outeirinhos), o Ecoporto e o futuro terminal de contêineres.

### **Sindicalistas cobram empregos**

O diretor do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos (Sindicam Santos), Romero Costa, cobrou dos vereadores que cuidem da construção do viaduto de saída da Alemoa e da marginal no São Manoel, na Zona Noroeste de Santos, para desafogar o tráfego de caminhões com destino aos terminais da Margem Direita.

“Defendemos o Ecoporto, mas também defendemos o contêiner. São muitos pais de família que transportam contêineres no Porto de Santos. Nessa briga de empresário grande, estão sendo prejudicados são os caminhoneiros e os estivadores”.

O presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva), Bruno José dos Santos, destacou que os autônomos não querem um monopólio de cargas no Porto.



“Tem que expandir o Porto e não mudar a faina (tipo de trabalho), mas ter várias fainas para o trabalhador poder trabalhar”.

Ele ressaltou que a variedade de tipos de cargas é o que garante trabalho ao avulso e que as cargas poderiam ser operadas em áreas ocupadas que estão ociosas no Porto. “O porto tem que movimentar carga dia e noite, porque emprega caminhoneiros e trabalhadores portuários de toda a Baixada Santista”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/12/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE INSTALAÇÕES DE APOIO VAI ACONTECER NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (10)

O prazo de contribuições para a Resolução Normativa ANTAQ nº 13/2016 se estende até 26 de dezembro



Brasília 03/12/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) vai realizar, na próxima terça-feira (10), a partir das 10h, a Audiência Pública 16/2024 que trata do aprimoramento da proposta de revisão da Resolução Normativa ANTAQ nº 13/2016, que dispõe sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário.

A norma foi objeto de Análise de Resultado Regulatório (ARR) no ano passado e agora as revisões propostas passarão pelo período de contribuição social. A resolução foi a primeira proposta de Análise de Resultado Regulatório (ARR) da Agência a ir para audiência pública desde o estabelecimento da Resolução Normativa ANTAQ nº 55/2021, que estabelece critérios para Análise de Impacto Regulatório (AIR) e ARR.

A sessão vai ser transmitida pelo canal da ANTAQ no YouTube. Não é necessária inscrição para assistir a Audiência Pública. No entanto, os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo Whatsapp no número (61) 2029-6940, das 9h às 15h do dia 09 de dezembro de 2024.

#### Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos ao normativo estão disponíveis neste link.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/audiencias-publicas-em-andamento>

O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 26 de dezembro de 2024, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: [anexo\\_audiencia162024@antag.gov.br](mailto:anexo_audiencia162024@antag.gov.br) mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.



Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ  
Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)  
Data: 04/12/2024

 Presidência da República  
Portos e Aeroportos

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### AVIAÇÃO - GOVERNO FEDERAL AUTORIZA NOVOS INVESTIMENTOS PARA O AEROPORTO DE DOURADOS (MS)

Melhorias visam garantir a retomada das operações comerciais para atender população do centro-oeste de Mato Grosso do Sul



*Ministério de Portos e Aeroporto aprovou novos investimentos para ampliação do aeroporto de Dourados*

Nesta semana, o Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria de Aviação Civil (SAC), aprovou os projetos de construção do novo terminal de passageiros e de cargas, seção contra incêndio (SCI) e estação prestadora de serviço de tráfego aéreo (EPTA) do aeroporto de Dourados. Ao todo, serão investidos aproximadamente R\$ 39 milhões, destinados pelo Governo Federal. A nova infraestrutura vai garantir a ampliação

operacional do terminal, acompanhando obras já entregues em junho de 2024.

O ministro Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) ressaltou que a obra é fundamental para alavancar não só o turismo da região, mas para o desenvolvimento econômico do estado e para geração de emprego e renda. "Dourados tem um grande potencial turístico para ser desenvolvido. A abertura do aeroporto vai fazer girar a economia local, inserido a cidade como protagonista da região Centro-Oeste. "A gente tem aplicado cada mais investimentos para que possamos ampliar nossa malha aérea e permitir que o turista possa conhecer as belezas do nosso país", afirmou.

O aeroporto de Dourados é um dos terminais estratégicos do Governo Federal para alavancar a aviação regional brasileira, atualmente ele está contemplado no Plano Aeroviário Nacional, da Secretária Nacional de Aviação Civil (SAC). Vale destacar que as obras no sítio aeroportuário fazem parte da carteira do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e buscar requalificar os empreendimentos de transporte com objetivo de tornar a aviação mais acessível.

#### **Ampliação da infraestrutura**

Como parte do programa do Governo Federal de fomentar a aviação regional e conectar os estados brasileiros, foram concluídas, no último semestre, as obras de infraestrutura do aeroporto do Mato Grosso do Sul. Com investimento de R\$ 97 milhões destinado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a aviação comercial do estado ganha nova opção de conectividade, interligando a região Centro-Oeste com os demais estados brasileiros.

O aeroporto de Dourados passou por intervenções importantes visando a retomada de voos comerciais no local. Entre elas se destacam as obras de ampliação e revitalização da pista de pouso e decolagem, novo pátio de aeronaves e taxiway, bem como instalação dos auxílios à navegação. Com a conclusão dos trabalhos, o aeródromo passará por processo de homologação das infraestruturas reparadas, que serão realizadas pelos órgãos de aviação civil. A previsão é que o terminal esteja apto a receber voos comerciais nas próximas semanas.

Com a conclusão dos trabalhos no aeroporto, a cidade de Dourados, que é conhecida como um polo de integração logística no Mato Grosso do Sul, terá ampliado a malha aérea regional, fortalecendo a conexão com outras regiões do Estado e do Brasil. Para o Secretário de Aviação Civil, Tomé Franca,

a reabertura do terminal "será um marco para a população do estado, que passará a contar com mais um modal de transporte".

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/12/2024

## PREÇO DO BILHETE AÉREO RECUA EM 22 ESTADOS E NO DF

Na média geral, todas as regiões brasileiras tiveram recuo na tarifa em outubro



*Em outubro, valor da tarifa aérea recuou em todas as regiões brasileiras*

A tarifa aérea doméstica teve redução pelo terceiro mês consecutivo. Em outubro deste ano, o preço médio do bilhete foi de R\$ 685,05, valor 11,8% menor do que o observado no mesmo período de 2023. Nos 10 primeiros meses de 2024, o indicador acumula queda de aproximadamente 5%. Um dos principais fatores que têm contribuído para a diminuição da tarifa é o querosene de aviação (QAV), que caiu quase 25% no décimo mês do ano e 11% no acumulado de 2024 em relação

aos valores praticados no ano passado.

Silvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos, elenca outros indicadores que podem ter ajudado na redução da tarifa média. "A economia brasileira segue em franca expansão, assim como a renda média do trabalhador, que acumulou alta de 3,9% no terceiro trimestre deste ano. Com maior poder de compra, temos crescimento na demanda por voos e mais brasileiros voando pelo nosso país. Quando a economia cresce, a aviação decola", acrescenta.

### Tarifa por estado

O levantamento disponível no site da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aponta que os preços ficaram mais baratos em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. Os dados mostram também que os bilhetes tiveram redução em todas as regiões. Roraima, Rondônia e Amazonas, com 41%, 36,6% e 33,6%, respectivamente, foram as localidades com maior percentual de queda. Com 21,17%, o Norte do país é a região com maior variação de baixa no preço, seguida pelo Centro-Oeste (19,30%), Sudeste (14,33%), Sul (4,86%) e Nordeste (4,12%).

Na comparação por região, os preços praticados no Sudeste foram os mais baratos em outubro deste ano, em relação ao mesmo mês de 2023, com valor médio de R\$ 629,01. Por lá, todas as cidades apresentaram queda no indicador, com o maior percentual de redução observado no Rio de Janeiro (17,80%), seguido por Minas Gerais (16,90%), São Paulo (12,70%) e Espírito Santo (10,50%).

Mato Grosso do Sul foi o estado com a menor tarifa praticada em outubro, com média de R\$ 600,71, queda de 25,50% na comparação com valores observados há um ano. No Distrito Federal, as tarifas tiveram redução de 22,10%, passando de R\$ 815,16 no décimo mês do ano passado para R\$ 634,81 em 2024. Em Mato Grosso e Goiás, os bilhetes também recuaram, com quedas de 24% e 2,80%, respectivamente.

Mesmo impactado pelo fechamento do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, entre maio e outubro deste ano, o Rio Grande do Sul foi o estado que apresentou a maior queda percentual no indicador (11,30%), com o preço médio passando de R\$ 785,68 há um ano para R\$ 696,85. A redução também foi observada no Paraná (1,70%), com tarifa de R\$ 646,97 frente aos R\$ 658,14 praticados em outubro de 2023. Em Santa Catarina, por sua vez, o preço oscilou 0,40% para cima, saindo de R\$ 656,34 para R\$ 659,24.

Apesar de ter registrado a maior média de tarifa doméstica em outubro, o Nordeste teve sete estados com redução no valor do bilhete aéreo, com destaque para Alagoas, que apresentou queda de 18% no indicador, passando de R\$ 1.051 para R\$ 861,39. O menor preço praticado na região foi no



estado da Bahia, com tarifa de R\$ 712,08, resultado 4,30% inferior ao observado há um ano, seguido por Maranhão (R\$ 732,25, queda de 8,50%) e Sergipe (R\$ 770, decréscimo de 7,50%). No Ceará, o preço do bilhete se manteve estável na comparação entre os períodos, sendo comercializado por R\$ 905,96.

### **Mais voos e menor preço**

A oferta de assentos em voos nacionais cresceu mais de 11% em outubro. No mesmo período, a taxa de ocupação das aeronaves ficou em 84%, maior desde o início da série histórica. O número de voos realizados saltou 3,2% no mês na comparação com o ano anterior, totalizando quase 67 mil decolagens no período. A quantidade de viajantes também se destacou no décimo mês deste ano, com mais de 8,2 milhões de turistas utilizando o modal aéreo como meio de transporte.

O percentual de tarifas comercializadas até R\$ 500 também cresceu, saltando de 37,7% em outubro do ano passado para 45,2% em 2024. A quantidade de bilhetes vendidos por valor inferior a R\$ 300 foi superior a 20% no décimo mês do ano, contra 17,4% do total observado no mesmo período de 2023.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**  
**Data: 04/12/2024**

### **VOA BRASIL FECHA QUARTO MÊS COM 20 MIL APOSENTADOS TRANSPORTADOS**

Número seria suficiente para lotar mais de 150 aeronaves, movimentando a economia de 77 cidades

Confira os destinos mais procurados pelos aposentados do programa

O Programa Voa Brasil, que beneficia aposentados do INSS com passagens de até R\$ 200 o trecho, fechou o quarto mês de funcionamento com mais de 20 mil bilhetes reservados. O número seria suficiente para preencher todos os assentos de mais de 150 aeronaves da Embraer, com pousos e decolagens em 77 cidades de todos os estados brasileiros.

“São números que mostram que nosso objetivo está sendo atingido, que é incluir mais brasileiros no transporte aéreo. Estes aposentados não voavam há pelo menos um ano e estão preenchendo assentos que estariam vazios, já que são disponibilizados pelas companhias aéreas em trechos de elevada ociosidade”, avalia o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho.

Os 10 destinos mais procurados nos primeiros quatro meses foram São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Brasília, Salvador, João Pessoa, Natal, Maceió e Belo Horizonte. Juntas, estas cidades receberam 78% de todo o volume de reserva do Voa Brasil no período. Sudeste (com 44%) e Nordeste (40%) foram as regiões mais procuradas, seguidas por Centro-Oeste (8%), Sul (5%) e Norte (3%).

Cada aposentado do INSS pode adquirir até dois trechos por ano no site [gov.br/voabrasil](http://gov.br/voabrasil) (clique para acessar). O programa foi lançado no final de julho deste ano somente para aposentados e terá uma segunda etapa, destinada a estudantes de baixa renda no primeiro semestre de 2025.

As cinco cidades mais procuradas por região nestes quatro meses foram:

- Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Vitória
- Sul: Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Foz do Iguaçu e Navegantes
- Nordeste: Fortaleza, Recife, Salvador, João Pessoa e Natal
- Norte: Belém, Manaus, Palmas, Santarém e Porto Velho
- Centro-Oeste: Brasília, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá e Caldas Novas

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**  
**Data: 04/12/2024**



## PORTAL PORTO GENTE

### PORTOSRIO FORTALECE LAÇOS INTERNACIONAIS EM REUNIÃO COM A AUTORIDADE PORTUÁRIA DOMINICANA

Redação Portogente

O encontro proporcionou uma valiosa troca de experiências entre as Autoridades Portuárias e marcou um passo importante no intercâmbio entre os países

A PortosRio recebeu a Diretoria Executiva da Autoridade Portuária Dominicana, acompanhada pelo Cônsul da República Dominicana, para uma reunião voltada ao fortalecimento de relações institucionais e à exploração da possibilidade de parcerias comerciais e acordos de cooperação técnica. O encontro aconteceu no último dia 28 de novembro.



#### Reunião com a autoridade portuária dominicana 1

O encontro proporcionou uma valiosa troca de experiências entre as Autoridades Portuárias e marcou um passo importante no intercâmbio entre Brasil e República Dominicana.

Durante a reunião, o diretor-presidente da PortosRio, Francisco Martins, apresentou os principais projetos de modernização da infraestrutura portuária, as oportunidades de investimento nos portos que administra e destacou a recém-criada Associação Internacional de Desenvolvimento Portuário (IAPORTS), da qual é presidente do Conselho Diretivo.

A IAPORTS, uma entidade aberta a todos os players do setor portuário global, tem como missão fortalecer a colaboração internacional, fomentar o desenvolvimento de negócios e promover a inovação e a sustentabilidade nos portos. Segundo Martins, “a associação representa um marco na busca por maior competitividade global, conectando parceiros e criando oportunidades para o avanço do setor.”

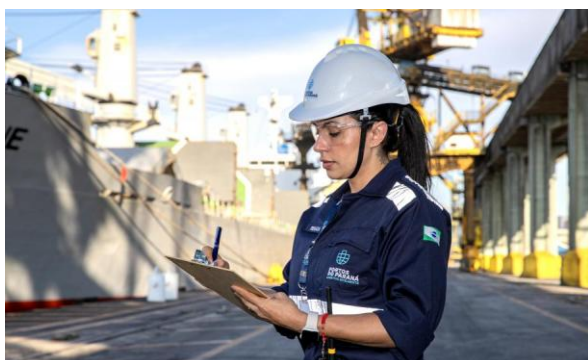
Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/12/2024

### PORTOS PARANAENSES INICIAM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS ISO

Redação Portogente

Iniciativa reforça o compromisso da empresa com práticas de excelência e eficiência operacional, integrando qualidade, responsabilidade ambiental e segurança no trabalho



A Portos do Paraná quer consolidar seu nível de excelência em gestão administrativa, ambiental e de saúde e segurança no trabalho. Para isso, a empresa pública iniciou o processo de implementação das Normas ISO (International Organization for Standardization) 9001, 14001 e 45001.

Em novembro, a Portos do Paraná firmou contrato com uma empresa de consultoria para realizar o diagnóstico geral, auxiliar no aperfeiçoamento do sistema de gestão e preparar toda a estrutura para passar por uma auditoria de um órgão certificador.





“A etapa de diagnóstico prevê agendas semanais para analisar os processos que compõem o atual sistema de gestão integrada da empresa, levantando as necessidades de adequação e oportunidades de melhoria. Ao longo dos meses, também realizaremos adequações documentais e de procedimentos”, explicou José Sbravatti, gerente de Saúde e Segurança do Trabalho da Portos do Paraná.

Bruna Nicolau, gerente de Planejamento Estratégico da Portos, reforça a importância do tema e a necessidade do engajamento dos agentes portuários. “Este é um trabalho que visa o envolvimento de toda a comunidade portuária. À medida que fomos avançando no diagnóstico e nas ações internas, iremos conectar todas as áreas e partes interessadas do porto. É importante que todos saibam dessa iniciativa e estejam cientes de seus papéis, contribuindo para a melhoria do sistema de gestão dos portos paranaenses como um todo”, comentou Bruna.

Para a execução dos trabalhos relacionados à implementação dos requisitos de certificação nas Normas ISO, foi instituído um Grupo de Trabalho multisetorial composto por 25 pessoas. “Nosso Sistema de Gestão Integrada (SGI) visa garantir que nossas atividades sejam executadas com qualidade, segurança e sustentabilidade. Com base nesses princípios, seguiremos em busca da certificação”, apontou Thales Trevisan, gerente de Meio Ambiente.

### Entenda as Normas ISO

A ISO 9001:2015 (Gestão da Qualidade) atua como sistema de gestão da qualidade, garantindo que a empresa ofereça serviços e produtos de alta qualidade — quesitos fundamentais na avaliação de um importador. Considera-se que os requisitos da norma podem potencializar transações comerciais e trazer credibilidade para empresas que desejam inserir seus produtos no mercado internacional.

De acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), em 2022 foram emitidos 4.330 certificados deste tipo dentro do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC). No ano passado, o número de certificações chegou a 5.277, representando um aumento de quase 22%.

Já as normas ISO 14001:2015 (Gestão Ambiental) e ISO 45001:2018 (Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) consistem na definição de critérios para um sistema de gestão integrada eficaz. Busca-se a conformidade legal por meio do atendimento de requisitos normativos, ações direcionadas à redução de impactos ambientais, prevenção da poluição e promoção de ambientes mais seguros para os trabalhadores, com eliminação de perigos e redução de riscos.

*Fonte: Portal Porto Gente*

*Data: 04/12/2024*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – A SEGURANÇA NOS PORTOS: UM DESAFIO QUE CLAMA POR INTEGRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A declaração do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, ocorrida nessa terça-feira, dia 3, sobre a necessidade de maior integração e colaboração entre os diversos atores envolvidos na segurança dos portos brasileiros, acende um alerta sobre uma questão crucial para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. A complexidade dos crimes que acometem as infraestruturas portuárias exige uma resposta coordenada e eficiente, capaz de neutralizar as ações do crime organizado e garantir a fluidez do comércio exterior.



A análise do diretor-geral foi feita durante sua participação no Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, realizado em Brasília (DF).

A apreensão de toneladas de drogas nos portos brasileiros nos últimos anos demonstra a dimensão do problema e a necessidade de uma atuação mais incisiva das autoridades. No entanto, o combate ao narcotráfico é apenas um dos desafios enfrentados pelos portos. O contrabando de armas, os ilícitos ambientais, o descaminho e até mesmo o terrorismo são ameaças constantes que exigem uma resposta integrada e multidisciplinar.

A falta de integração entre os diversos órgãos envolvidos na segurança portuária, como a Polícia Federal, a Receita Federal, as autoridades portuárias e as empresas privadas, tem sido um dos principais obstáculos para o combate a esses crimes. A fragmentação das ações e a falta de compartilhamento de informações dificultam a identificação e a captura dos criminosos, além de gerar ineficiências e atrasos nas operações portuárias.

Também a modernização da infraestrutura logística brasileira – como destacado pelo presidente da Conportos, Marcelo João, também nessa terça-feira, durante o Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos – é fundamental para garantir a segurança dos portos. A atualização dos sistemas de segurança, a capacitação dos profissionais e a adoção de tecnologias mais avançadas são medidas essenciais para garantir a proteção dos portos e a fluidez do comércio exterior.

A segurança dos portos é um desafio complexo que exige uma abordagem integrada e multidisciplinar. A falta de integração entre os diversos órgãos envolvidos, a necessidade de modernização da infraestrutura e a importância de agilizar as operações de fiscalização são alguns dos principais desafios a serem enfrentados. Ao investir em tecnologia, em capacitação e em uma maior cooperação entre os diferentes atores, o Brasil poderá fortalecer a segurança dos seus portos e garantir a fluidez do comércio exterior.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 04/12/2024*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **PASSAGENS MAIS BARATAS 1**

O valor da passagem aérea doméstica teve redução pelo terceiro mês consecutivo. Em outubro deste ano, o preço médio do bilhete foi de R\$ 685,05, 11,8% menor do que o observado no mesmo período de 2023. Nos 10 primeiros meses de 2024, o indicador acumula queda de aproximadamente 5%. Um dos principais fatores que têm contribuído para a diminuição do preço é o querosene de aviação (QAV), que caiu quase 25% no décimo mês do ano e 11% no acumulado de 2024 em relação aos valores praticados no ano passado.

### **PASSAGENS MAIS BARATAS 2**

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, outros indicadores ajudaram na redução da tarifa média. “A economia brasileira segue em franca expansão, assim como a renda média do trabalhador, que acumulou alta de 3,9% no terceiro trimestre deste ano. Com maior poder de compra, temos crescimento na demanda por voos e mais brasileiros voando pelo nosso país. Quando a economia cresce, a aviação decola”, explicou.

### **PASSAGENS MAIS BARATAS 3**

O levantamento sobre o valor da passagem aérea - disponível no site da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) - aponta que os preços ficaram mais baratos em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. Os dados mostram também que os bilhetes tiveram redução em todas as regiões. Roraima, Rondônia e Amazonas, com 41%, 36,6% e 33,6%, respectivamente, foram as localidades com maior percentual de queda. Com 21,17%, o Norte do País é a região com maior variação de baixa no preço, seguida pelo Centro-Oeste (19,30%), Sudeste (14,33%), Sul (4,86%) e Nordeste (4,12%).

### INVESTIMENTO 1

O Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria de Aviação Civil (SAC), aprovou os projetos de construção do novo terminal de passageiros e de cargas, seção contra incêndio (SCI) e estação prestadora de serviço de tráfego aéreo (EPTA) do aeroporto de Dourados (MS). Ao todo, serão investidos R\$ 39 milhões, destinados pelo Governo Federal. A nova infraestrutura vai garantir a ampliação operacional do terminal, acompanhando obras já entregues em junho de 2024.

### INVESTIMENTO 2

O aeroporto de Dourados é um dos terminais estratégicos do Governo Federal para alavancar a aviação regional brasileira. Ele está contemplado no Plano Aeroviário Nacional, da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/12/2024

## NACIONAL - BRASIL APOSTA EM AGROINDÚSTRIA SUSTENTÁVEL COM R\$ 546 BI DE INVESTIMENTOS

Programa busca alavancar a produtividade, gerar empregos e transformar o setor em referência global em inovação e sustentabilidade

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



*O presidente Lula e o vice Geraldo Alckmin participaram da cerimônia de transferência de recursos por meio da Missão 1, com foco em cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais (Foto: Ricardo Stuckert/PR)*

O agronegócio brasileiro recebeu um novo impulso com os investimentos anunciados na terça-feira (3), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin, ministros e empresários

formalizaram o compromisso de destinar R\$ 546,6 bilhões ao setor por meio da Missão 1 da Nova Indústria Brasil (NIB), com foco em cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais.

Desse total, R\$ 250,2 bilhões virão de linhas de crédito público, enquanto o setor privado investirá R\$ 296,3 bilhões até 2029. A Missão 1 prioriza o fortalecimento da agroindústria como pilar da segurança alimentar, nutricional e energética, com o objetivo de modernizar a produção, ampliar a sustentabilidade e reduzir a dependência de insumos importados.

O evento também marcou a inclusão do Banco do Brasil no Plano Mais Produção (P+P), que agora soma R\$ 507 bilhões em linhas de crédito para a NIB. Além do BB, que contribuirá com R\$ 101 bilhões, instituições como o BNDES (R\$ 259 bilhões), Caixa (R\$ 63 bilhões), Finep (R\$ 51,6 bilhões), Banco do Nordeste (R\$ 16,7 bilhões), Banco da Amazônia (R\$ 14,4 bilhões) e Embrapii (R\$ 1 bilhão) fazem parte da iniciativa.

“O agronegócio brasileiro é essencial para garantir a segurança alimentar global. Este programa alia a coordenação de políticas de financiamento ao fortalecimento das cadeias produtivas, aumentando a produtividade, gerando empregos e promovendo a sustentabilidade no campo”, afirmou Geraldo Alckmin. Ele destacou também o desempenho positivo do PIB, que cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2024, superando as expectativas.

O Governo traçou metas ambiciosas para a agroindústria, aprovadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Entre os objetivos estão:

- Elevar o crescimento do PIB Renda Agroindústria para 3% ao ano até 2026 e para 6% ao ano até 2033. Em 2023, o PIB Renda do setor foi de R\$ 761 bilhões, com crescimento médio de 1,75% entre 2019 e 2023.



- Ampliar a mecanização na agricultura familiar de 25%, em 2023, para 28% em 2026 e 35% em 2033.
- Aumentar a tecnificação da agricultura familiar (uso de tecnologias avançadas além da mecanização) de 35% para 43% em 2026 e 66% em 2033.

Durante a cerimônia, o presidente Lula assinou o decreto que institui o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia (PNPIAF), com foco na transição agroecológica, preservação de biomas e sustentabilidade dos agroecossistemas. Além disso, foi criada uma instância consultiva no Programa Mais Alimentos para ampliar o diálogo entre o governo e entidades da agricultura familiar.

O evento também apresentou medidas para reduzir a dependência brasileira de fertilizantes importados. O Ministério da Agricultura e Pecuária e a Petrobras firmaram um acordo para modernizar fábricas, desenvolver tecnologias e melhorar a logística de distribuição desses insumos.

Outro destaque foi o acordo técnico entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MDIC e a Abimaq, voltado à fabricação e distribuição de máquinas e equipamentos adequados à agricultura familiar.

### PPPs

Parcerias público-privadas (PPPs) também marcaram o evento. O Banco do Nordeste assinou um contrato de R\$ 600 milhões com a Inpasa para financiar uma nova fábrica de etanol de milho e sorgo no Maranhão, projeto que contará com R\$ 1,3 bilhão em investimentos totais. A planta deverá gerar 351 empregos diretos.

A Finep firmou dois contratos de R\$ 250 milhões cada. O primeiro, com a Ouro Fino Saúde Animal, prevê o desenvolvimento da primeira vacina de dose única contra a doença de Glässer em suínos. O segundo, com a Lar Cooperativa Agroindustrial, financiará soluções tecnológicas para a cadeia de produção avícola, integrando automação e tecnologias da Indústria 4.0.

A Missão 1 da NIB também prioriza a disseminação da agricultura de precisão, incluindo o incentivo à produção nacional de drones e tecnologias de monitoramento. Outro foco é a cadeia de fertilizantes, com ênfase em biofertilizantes, para reduzir custos e aumentar a competitividade brasileira no mercado global.

O fortalecimento da produção de máquinas agrícolas e componentes nacionais é visto como estratégico para aumentar a sustentabilidade e agregar valor à produção. Esses esforços integram uma visão mais ampla de política industrial, que busca transformar o Brasil em referência global em inovação e sustentabilidade na agroindústria.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/12/2024**

### PORTOS - PF E RECEITA PEDEM MAIS INTEGRAÇÃO E TECNOLOGIA CONTRA CRIMES

Simpósio em Brasília reforça a urgência de cooperação para combater o narcotráfico e outros ilícitos no setor

Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redenenews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redenenews.com.br)

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Augusto Passos Rodrigues, apontou a falta de integração e colaboração efetiva entre os diversos atores estatais e privados como um dos maiores obstáculos no combate ao crime nas infraestruturas portuárias do Brasil. A declaração foi dada na terça-feira (3), durante o Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, realizado em Brasília (DF).





***Andrei Rodrigues acha que a PF tem dado bons resultados como polícia judiciária, mas precisa melhorar as ações nas áreas de segurança marítima, aeroportuária e de fronteiras (Foto: Reprodução)***

“O crime organizado, há muito tempo, rompeu fronteiras. E é preciso que trabalhemos também sem essas barreiras. Barreiras, inicialmente, entre as nossas agências e instituições, do setor público-privado e também de parcerias com outros países, com os quais precisamos tanto contar, contribuir, colaborar, receber e dar, para que tenhamos sempre os melhores resultados”, afirmou.

Rodrigues reconheceu que a instituição federal tem dado bons resultados no que diz respeito à atuação como polícia judiciária da União, mas observou que, “por outro lado, precisa avançar e melhorar as ações nas nossas áreas de segurança marítima, aeroportuária e de fronteiras, como constitucionalmente previsto”.

Entre 2019 e 2021, a Polícia Federal apreendeu nos portos brasileiros uma média de 55 toneladas de drogas por ano, com destaque para a cocaína.

Embora o combate ao narcotráfico seja um dos principais focos das operações de segurança, outros delitos continuam a ser um problema nas infraestruturas portuárias, como o crime organizado, contrabando de armas, ilícitos ambientais, descaminho e até terrorismo.

Marcelo João, presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), destacou que o crescimento do comércio exterior exige uma modernização urgente da infraestrutura logística brasileira.

João enfatizou que a comissão tem direcionado esforços para que as autoridades responsáveis pela gestão dos portos implementem as diretrizes estabelecidas no Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias. “Esse desafio, embora pareça simples, está presente na regulamentação desde 1995, mas ainda é de difícil implementação até os dias atuais”, disse.

Para José Carlos de Araújo, subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal, as operações de fiscalização e combate aos delitos precisam ser mais ágeis, a fim de evitar prejuízos econômicos ao setor. Araújo detalhou que “a cada dia que uma carga fica parada no terminal, representa um custo adicional de 0,9% do seu valor”.

O representante da Receita Federal também ressaltou que o crescimento do Estado não pode ser superior ao crescimento do crime organizado. “Se não houver cooperação, os desafios não serão vencidos. Se não houver o uso da tecnologia, continuaremos estagnados e o país não se desenvolverá”, disse. “Vamos buscar o ponto de equilíbrio entre controle, segurança e agilidade, além de garantir uma atuação mais coordenada dos órgãos de controle brasileiro”.

Também participaram da solenidade: Gilmara Temóteo, diretora executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abep); Rodrigo de Melo Teixeira, diretor de Polícia Administrativa da Polícia Federal; Délio Lins e Silva, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB/DF); Washington Luiz de Paula Santos, subchefe de Assuntos Marítimos do Estado-Maior da Armada; Alexandre Lopes, presidente da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF; Almirante Wilson Pereira de Lima Filho, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Jesualdo Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); e Fábio Lavor Teixeira, secretário executivo adjunto do Ministério de Portos e Aeroportos.



Marcelo João, presidente da Conportos, destacou em seu discurso que o crescimento do comércio exterior exige uma modernização urgente da infraestrutura logística brasileira

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 04/12/2024



Na opinião José Carlos de Araújo, subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal, as operações de fiscalização e combate aos delitos precisam ser mais ágeis

## PORTOS - MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS PASSA PELA ADOÇÃO DE TECNOLOGIA DE PONTA

Big Data, IA e Internet das Coisas são apontados como essenciais para maior eficiência e segurança operacional

Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redebeneews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redebeneews.com.br)



**Danilo Abbondanza, CEO da ModalGR, explicou como a aplicação de Inteligência Artificial, Big Data e Internet das Coisas pode melhorar a gestão e a segurança nos portos brasileiros (Foto: Reprodução)**

Estratégias para a implementação de tecnologias que possam apoiar de forma efetiva o combate ao crime nas infraestruturas portuárias. Esse foi um dos temas discutidos por especialistas durante o Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, realizado na terça-feira (3), em Brasília (DF).

Danilo Abbondanza, CEO da ModalGR, explicou como a aplicação de Inteligência Artificial (IA), Big Data e Internet das Coisas (IoT) pode melhorar a gestão e a segurança nos portos brasileiros. Segundo o executivo, a implementação dessas ferramentas pode transformar a forma como os dados são tratados, analisados e utilizados para a tomada de decisões.

“A visão que trazemos é a de uma evolução baseada em um trabalho unificado com diversas tecnologias”, afirmou.

O Big Data envolve um grande volume de registros armazenados em servidores e bancos de dados de empresas, frequentemente provenientes de fontes diversas. A plataforma permite integrar essas informações, proporcionando acesso rápido e preciso, o que resulta em uma visão mais clara e eficiente dos processos operacionais e, conseqüentemente, da segurança de um porto.

Abbondanza sugeriu que ao trabalhar com o controle de acesso em um terminal, cada pessoa deve ser registrada em uma plataforma de Big Data. A informação é compartilhada entre diferentes setores: operacional, comercial, Receita Federal e autoridade portuária, que exige o processo para liberar a entrada. “Facilidade de visualização do mesmo dado para visões diferentes”, disse.

A partir daí, as ferramentas de Inteligência Artificial melhorariam o sistema, sendo capazes de aprender com o tempo e analisar grandes volumes de dados para identificar padrões e

comportamentos suspeitos, oferecendo apoio na tomada de medidas. “Não é uma decisão autônoma, mas um apoio”, observou.

Por fim, a Internet das Coisas (IoT), integrada às outras duas tecnologias, permitiria conectar dispositivos online para melhorar a comunicação e a interação. “A gente consegue trabalhar com uma ação de decisão, usando o hardware a seu favor no meio do processo, no controle de segurança, seja no acesso, na emissão de algum alerta ou na questão de monitoramento”, declarou Abbondanza.

### Iniciativas do Governo

Fábio Lavor Teixeira, secretário executivo adjunto do Ministério de Portos e Aeroportos, informou que o órgão está aplicando tecnologias de inteligência de sistemas e da informação para melhorar a segurança nas operações portuárias.

“Podemos usar mais as ferramentas na parte de segurança também. Da mesma forma que já temos essa base de dados, essa articulação entre todos os agentes das autoridades portuárias, podemos avançar mais”, afirmou Teixeira.

O secretário também falou sobre os avanços no Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS), que já apresenta resultados positivos em alguns portos, como o de Vitória (ES), e será implantado no Porto de Santos (SP).

“Para os próximos três anos está prevista a aplicação de R\$ 350 milhões para a ampliação e implementação”, completou Teixeira.

O almirante Wilson Pereira de Lima Filho, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), anunciou o lançamento da plataforma Oi.br, que conta com dois módulos: safety (segurança operacional) e security (segurança contra ameaças externas).

Segundo o almirante, “essa ferramenta permitirá o registro online de informações por colaboradores autorizados, facilitando a análise de dados e a atualização das normas”.

### Simpósio

A programação do Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos incluiu painéis dedicados à repressão ao crime organizado, fiscalização e controle vs. segurança pública, e aos desafios para a integração dos órgãos públicos nos portos e vias navegáveis.

O evento foi promovido pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos) e pela Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário do CFOAB (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil).



Fábio Lavor Teixeira falou sobre os avanços no VTMIS, que já apresenta resultados positivos em alguns portos, como o de Vitória, no Espírito Santo, e será implantado em Santos (SP)



O almirante Wilson Pereira de Lima Filho, diretor da Antaq, anunciou o lançamento de uma plataforma que permite o registro online de informações por colaboradores autorizados

## NACIONAL - PROJETO PROPÕE MUDANÇAS NA CABOTAGEM E REFORÇO À INDÚSTRIA NAVAL

Empresas alertam para desafios na implementação de metas que exigem maior participação nacional no transporte marítimo

Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redenenews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redenenews.com.br)



*Entre as mudanças propostas no Projeto de Lei, destaca-se a exigência de que empresas brasileiras de navegação mantenham frota própria em operação para obter autorizações (Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)*

Representantes do setor de infraestrutura e logística estiveram na Câmara dos Deputados na terça-feira (3) para apresentar suas propostas sobre o projeto que visa alterações na Lei de Cabotagem.

Entre as mudanças propostas no Projeto de Lei nº 1.319/2024, destaca-se a exigência de que as empresas brasileiras de navegação (EBNs) mantenham frota própria em operação para obter autorizações. Além disso, são estabelecidos limites para a utilização de embarcações com bandeira nacional no transporte de petróleo e derivados, começando com 30% em 2025 e alcançando 70% até 2033.

O projeto também restringe benefícios tributários a empresas com frota registrada no Brasil e impõe que navios estrangeiros que operem por mais de 240 dias em águas nacionais contratem pelo menos dois terços de tripulantes brasileiros. Outra alteração importante é a ampliação das possibilidades de fretamento, desde que atendidas as condições previstas na proposta.

Joselit Guerra de Andrade, gerente geral de Transporte Marítimo da Petrobras, criticou a norma que estabelece exigências para o aumento da participação de embarcações de bandeira brasileira nas operações de cabotagem de petróleo e derivados, sem levar em conta a escassez de navios disponíveis e a falta de mão de obra qualificada no setor.

“A imposição desses percentuais elevados, sem considerar a capacidade da indústria brasileira de construção naval e a formação de marítimos necessários para a cabotagem e o apoio marítimo, pode levar a penalidades severas, como a perda de isenções e benefícios fiscais”, disse Andrade.

“Essa situação gera incertezas e riscos para a continuidade das operações, que já enfrenta desafios significativos em um mercado altamente competitivo”, completou.

O secretário nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos, Dino Antunes, reforçou o ponto sobre a qualificação de mão de obra, destacando que a discussão dos dois terços deve estar atrelada à formação de marítimos.

“A gente precisa discutir esses dois terços em alguma regra de transição ou em alguma maneira que, na ausência, na insuficiência dos marítimos brasileiros, tenha válvulas de escape. A gente não pode ficar sem a navegação. Esse é o principal ponto.”, observou Antunes.

O secretário informou que a pasta de Portos e Aeroportos está em tratativas com a Marinha do Brasil para tentar aumentar o quantitativo de profissionais formados.

“Hoje, grande parte dos recursos que estão no fundo para o ensino profissional é contingenciado, de maneira que a Marinha tem dificuldade orçamentária para formar novos marítimos”, contou Antunes.

### **Ampliação de prazo**



Luis Fernando Resano, representante da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac), propôs a ampliação do prazo de utilização dos recursos da conta vinculada de três para cinco anos, o que, segundo ele, beneficiaria as empresas de navegação.

“Podemos também incluir o uso do recurso da conta vinculada para o pagamento dos seguros de P&I (Proteção e Indemnização), que atualmente não está previsto na lei”, afirmou Resano.

O texto da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) propõe alterações na Lei 14.301/2022 (BR do Mar), na Lei nº 9.432/1997 e na Lei nº 9.537/1997, com o objetivo de “fazer justiça à capacidade técnica da indústria naval, promover os avanços legislativos para a proteção da frota nacional e o fortalecimento da cadeia produtiva da Marinha Mercante com bandeira brasileira”.

A parlamentar está atualmente colhendo sugestões de representantes e autoridades do setor para aperfeiçoar o projeto de lei e garantir que seu trâmite legislativo não seja prejudicado por propostas contrárias ao progresso econômico. O debate foi realizado pela Comissão de Trabalho.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/12/2024**

## NACIONAL - ABEAR ANUNCIA JULIANO NOMAN COMO NOVO PRESIDENTE

Ex-secretário de Aviação Civil vai assumir o cargo no lugar após a renúncia de Jurema Monteiro

Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redebeneews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redebeneews.com.br)



**Bacharel em Economia, o futuro presidente da Abear, Juliano Noman, ocupou os cargos de diretor-presidente da Anac e secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos. Foto: Ascom/ANAC**

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) anunciou, nesta terça-feira (03), a mudança na presidência executiva da entidade. Jurema Monteiro deixará o cargo e será substituída por Juliano Noman, ex-secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos.

Segundo a ABEAR, a renúncia de Jurema Monteiro ao cargo de presidente da associação ocorreu por “motivos pessoais”.

A posse de Juliano Noman está prevista para o início de 2025. O conselho deliberativo da instituição informou que o processo de transição será conduzido ao longo do mês de dezembro.

Jurema Monteiro, pós-graduada em Comunicação e Marketing pela ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) e mestre em Turismo pela Universidade de Brasília (UnB), esteve à frente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) por 9 anos, assumindo a presidência da instituição em maio de 2023.

Juliano Noman é bacharel em Economia pela Universidade de Brasília e já exerceu funções como diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/12/2024**

## REGIÃO SUL - INFRAERO ENTREGA PRIMEIRA FASE DE OBRAS DE AEROPORTOS GAÚCHOS

Empresa destinou investimentos de mais de R\$ 40 milhões para os terminais de Canela e Torres

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio.lyra@redebeneews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebeneews.com.br)



**Obras de melhorias e modernização do aeroporto de Torres receberam investimentos de R\$ 22 milhões oriundos da Infraero (Foto: Divulgação/Infraero)**

A Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) realizou na segunda-feira (02) a entrega da primeira fase de obras de modernização dos aeroportos de Canela e Torres, no Rio Grande do Sul. Os investimentos da empresa nos dois terminais foram de R\$ 40 milhões.

No aeroporto de Canela, as melhorias incluem o alargamento da pista de pouso e decolagem, que passou de 18 metros para 30 metros; a extensão de 80 metros de comprimento – totalizando 1.340 metros – seu reforço e recapeamento completo, além da revitalização de toda sinalização horizontal.

A pista de taxiamento e o pátio de aeronaves também foram reformados, ganharam nova sinalização e a implantação de três posições para aeronaves e uma para helicóptero. Além disso, foi instalado o Sistema Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão, o PAPI na sigla em inglês.

Os investimentos para a modernização do aeroporto de Canela foram de R\$ 20 milhões. Com a conclusão das obras, o terminal fica apto para receber voos regulares de aeronaves da categoria 2C, assim ampliando sua capacidade operacional.

Para a realização das obras, as operações de pousos e decolagens do aeroporto foram suspensas no período de 28 de outubro a 28 de novembro.

A Infraero está presente apoiando a reconstrução do Rio Grande do Sul e nossos investimentos no Estado são uma prova disso, somados aos esforços que já envidamos também nos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo”, comentou Rogério Barzelay, presidente da Infraero.

### **Torres**

Para o aeroporto de Torres, as obras de melhorias e modernização contaram com investimentos de R\$ 22 milhões.

As obras incluem o alargamento da pista de taxiamento de aeronaves, que passou de 16 metros para 25 metros, atendendo às exigências para aeronaves da categoria 3C. Todo o sistema de pista de pousos e decolagens, de taxiamento e pátio de aeronaves recebeu nova sinalização, sendo criadas cinco posições para aeronaves e uma para helicóptero.

Além disso, foram concluídos os serviços de instalação do PAPI em ambas as cabeceiras. Os equipamentos deverão ser homologados pelos órgãos competentes.

A segunda etapa das obras continua com a construção de uma via de inspeção nos limites patrimoniais do aeroporto e a edificação de um muro em áreas mais sensíveis, prevista para ser concluída no início do próximo ano.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/12/2024**

### REGIÃO SUDESTE - COM R\$ 2,6 BI, PORTO CENTRAL INICIA 1ª FASE DE OBRAS

Expectativa é de que as operações no empreendimento comecem em dezembro de 2027

Por Cássio Lyra [cassio.lyra@redenenews.com.br](mailto:cassio.lyra@redenenews.com.br)



*O projeto do terminal abrange uma área total de 2.000 hectares, com profundidades de até 25 m e 54 berços destinados a operações de petróleo, grãos, contêineres, entre outros (Foto: Reprodução)*

A primeira fase de obras do Porto Central, futuro terminal privado localizado no município de Presidente Kennedy, no Espírito Santo, terá início nesta quarta-feira (04), segundo anunciado nesta semana. Com investimentos iniciais na ordem de R\$ 2,6 bilhões, a expectativa é que a conclusão da etapa ocorra até meados de 2027, com previsão de início das operações em dezembro do

mesmo ano.

O projeto do complexo portuário abrange uma área total de 2.000 hectares, com profundidades de até 25 metros e 54 berços destinados a operações de petróleo, grãos, contêineres, entre outros.

A primeira etapa do projeto consiste na construção da infraestrutura portuária necessária visando abrigar um terminal de grãos líquidos. De acordo com o Porto Central, o terminal será dedicado ao transbordo de petróleo entre navios (ship-to-ship) em área protegida, visando segurança e eficiência para operações com embarcações de grande porte.

Conforme anunciado, a primeira grande intervenção será a supressão vegetal com a remoção de cerca de 65 hectares, parte de um total de 2 mil hectares licenciados para o projeto. As autorizações foram emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2023.

Além disso, a primeira fase conta ainda com obras civis de terraplanagem e implantação do canteiro de obras. Também estão previstos a produção, transporte e armazenagem de rochas para o quebra-mar sul, a instalação da central de fabricação dos elementos de concreto e a dragagem do canal de acesso.

“O Porto Central será um complexo portuário multiuso, com forte enfoque na sustentabilidade, que será capaz de atender às demandas mais otimistas de crescimento econômico do Brasil, fortalecendo a competitividade nacional, gerando empregos e renda, impulsionando oportunidades e novos negócios e melhorando a posição do país no ranking de infraestrutura portuária em relação a outros países no mundo”, declarou o CEO do Porto Central, Salomão Fadlalah.

O cronograma aponta a construção de um canal de acesso do terminal, com cerca de 26 quilômetros de extensão, e da bacia de evolução, com mais de 60 milhões de metros cúbicos, além de píer e berços para atracação dos navios.

O Porto Central estima que, durante a Fase 1, deverão ser criados até 1.295 postos de trabalho diretos, sendo que a meta estipulada é que 70% seja proveniente de mão de obra local.

Segundo a direção do empreendimento, o novo terminal projeta-se estrategicamente para atender a crescente demanda por infraestrutura portuária moderna e eficiente no país.

“Estamos prontos para contribuir com o desenvolvimento do setor portuário brasileiro e a crescente demanda para exportação de petróleo, oferecendo capacidade adicional para exportação de petróleo e reduzindo custos logísticos”, afirmou o diretor do Porto Central, Angelo Santos.

Segundo a direção do Porto Central, o investimento total no complexo será de R\$ 16 bilhões, com as obras a serem realizadas em fases. A conclusão da última fase e a execução de todas as operações estão previstas para até 2040.

### Logística

Conforme a apresentação, realizada para investidores e autoridades do Espírito Santo, o Porto Central terá uma importante conexão com a malha logística nacional. Além do modal rodoviário, já estão em andamento projetos para conectar o futuro terminal com a ferrovia EF-188 (ferrovia Vitória-Rio), que ligará o Espírito Santo a região Centro-Oeste com a Estrada de Ferro Vitória Minas, e à EF-352, planejada para expandir as rotas de escoamento de cargas agrícolas e industriais.

Segundo a Gerente Comercial Jessica Chan, além do transbordo de petróleo viabilizado para a Fase 1, o complexo portuário está estruturado e licenciado para permitir expansões futuras e a diversificação de operações.

“Já estamos em negociação e com estudos técnicos necessários para o desenvolvimento dos próximos terminais, em destaque o estaleiro de descomissionamento e reciclagem sustentável de navios em parceria com a M.A.R.S. e um hub de movimentação de contêineres que será capaz de receber navios de até 25.000 TEU”, comentou.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*  
*Data: 04/12/2024*

## PORTO DE SANTOS - ECOPORTO ASSINA CONTRATO DE TRANSIÇÃO NO PORTO DE SANTOS

Por CÁSSIO LYRA [cassio.lyra@redebene.com.br](mailto:cassio.lyra@redebene.com.br)



A Ecorodovias informou que a sua controlada direta, a Ecoporto Santos, assinou um contrato de transição com a Autoridade Portuária de Santos (APS). A informação foi publicada via comunicado ao mercado.

O acordo mantém as operações portuárias e de armazenagem de carga realizadas pelo Ecoporto pelo prazo de 180 dias. “Após este prazo, sem que a licitação para o arrendamento da área seja concluída, mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a APS está autorizada a celebrar novo contrato pelo prazo

de 180 dias”, diz a nota.

Parte do Ecoporto está dentro da área do STS 10, espaço que o Porto de Santos pretende leiloar em 2025.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*  
*Data: 04/12/2024*



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### PORTO DE SANTOS PROMOVE CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS

*Informações: Autoridade Portuária de Santos (04 de dezembro de 2024)*

O Plano de Ajuda Mútua (PAM) da Autoridade Porto de Santos, coordenado pela Portuária de Santos (APS), promove nesta quinta-feira (05), das 14 às 17h, o workshop “Primeiros socorros”, no centro de treinamento da APS.



O treinamento, gratuito e aberto aos específicos, em especial os trabalhadores dos terminais e instituições do Porto de Santos, visa preparar os participantes para agirem rapidamente em situações de emergência, garantindo a segurança de colegas e visitantes.



**A capacitação, gratuita e aberta, será no centro de treinamento da APS – Imagem:Freepik**

O workshop será apresentado por Carlos Alberto Yoshimura, chefe do Núcleo de Educação Permanente do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) de Santos, e por Daniele Pereira dos Santos, bombeira civil. Yoshimura falará sobre “Primeiros socorros – teórico e prático” e Daniele sobre “Segurança no lar, para crianças, adultos e idosos”.

As inscrições devem ser feitas pela internet no formulário: Inscrição – Primeiras Socorros

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 04/12/2024**

## **BRASIL E PORTUGAL ESTREITAM PARCERIA EM SEGURANÇA AGROALIMENTAR**

**Informações: Revista Cultivar (04 de dezembro de 2024)**

*Representantes dos governos reuniram-se para estreitar cooperação nas áreas de pesquisa, inovação e produção agropecuária*

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), representado pelo secretário-executivo adjunto, Cleber Soares, reuniu-se em Samora Correia, Portugal, com o Secretário de Estado da Agricultura e Pescas de Portugal, João Moura. A reunião teve como objetivo estreitar a cooperação entre Brasil e Portugal nas áreas de pesquisa, inovação e produção agropecuária, seguindo os termos do “Protocolo de Cooperação no Domínio do Controle da Segurança e da Qualidade dos Produtos Agroalimentares”, aprovado durante o Grupo de Trabalho de Agricultura do G20, em setembro deste ano.

Durante o encontro, Soares confirmou a participação do Mapa na Feira Nacional de Agricultura, que será realizada em junho de 2025, no Distrito de Santarém (PA). Na ocasião, o Brasil será o país homenageado e contará com um pavilhão do Ministério dedicado à promoção comercial de produtos agropecuários brasileiros. Além disso, será organizada uma missão empresarial para identificar oportunidades de negociações e investimentos no mercado português.

A agenda também incluiu uma visita à histórica Companhia das Lezírias, localizada no Distrito de Santarém. Essa instituição pública é referência na produção de bovinos de corte, gado leiteiro, vinhos e azeites premiados, além de abrigar o principal banco de germoplasma do Cavalo Puro Sangue Lusitano, raça que originou o Mangalarga Marchador brasileiro.

A delegação brasileira, que conta com a presença do coordenador de Investimentos Estrangeiros da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, Leandro dos Santos Antunes, foi convidada para conhecer o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (Iniav). Localizado em Oeiras, na área metropolitana de Lisboa, o Iniav é referência internacional, especialmente no diagnóstico de pleuropneumonia contagiosa bovina e na pesquisa de mais de 150 tipos de vírus que afetam animais de produção e companhia. A visita incluiu ainda a Quinta do Marquês de Pombal, propriedade centenária onde são produzidos vinhos de alto valor agregado.

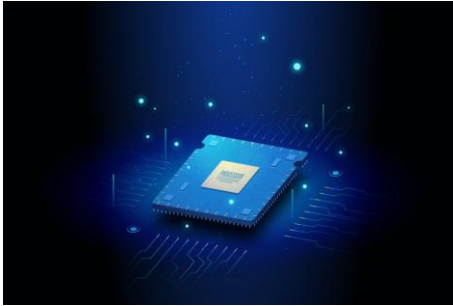
Segundo o secretário, a missão destacou a convergência de temas estratégicos para a cooperação bilateral, com ênfase no intercâmbio de informações e experiências entre instituições públicas dos dois países, especialmente nas áreas de pesquisa, controles laboratoriais e saúde animal. “Há um grande potencial para ampliarmos a parceria técnico-científica e fortalecermos o comércio agropecuário entre Brasil e Portugal”, ressaltou Cleber Soares.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

Data: 04/12/2024

## ESTADOS UNIDOS ANUNCIAM RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO DE CHIPS PARA A CHINA

Informações: Poder 360 (04 de dezembro de 2024)



**Medida visa impedir avanços tecnológicos chineses em setores como inteligência artificial e equipamentos militares –Imagem de pikisuperstar no Freepik**

O governo dos Estados Unidos anunciou, na última 2ª feira (2.dez.2024), novas restrições à exportação de chips para a China. A medida tem como objetivo impedir o avanço tecnológico chinês em setores críticos, incluindo equipamentos militares e inteligência artificial.

A política recentemente implementada proíbe a venda de certos tipos de chips e maquinários para a China, adicionando mais de cem empresas chinesas a uma lista de comércio restrito. A ação é a 3ª rodada de restrições contra Pequim, seguindo iniciativas de 2022 e 2023.

As regras entrarão em vigor no final do ano. A medida foi defendida por Jake Sullivan, conselheiro da Segurança Nacional dos Estados Unidos.

“Os Estados Unidos tomaram medidas sérias para proteger nossa tecnologia de ser usada por nossos adversários de maneiras que ameacem nossa segurança nacional”, declarou. “À medida que a tecnologia evolui e nossos oponentes buscam novas maneiras de escapar das restrições, continuaremos a trabalhar com nossos aliados e parceiros para proteger de forma proativa e agressiva nossas tecnologias.”

A restrição impacta diretamente a fabricação de componentes específicos para inteligência artificial e supercomputadores. Supõe-se que a tecnologia poderia ser usada no desenvolvimento de novas armas.

As restrições agora também incluem restrições de envio para a China chips avançados de memória de alta largura de banda, além de equipamentos semicondutores específicos e diversas ferramentas de software. Empresas como SK Hynix, Samsung Electronics e Micron Technology estão entre as afetadas.

Para garantir a eficácia global das restrições, os Estados Unidos aplicarão medidas de forma ampla, mas isentarão países que impuserem controles comparáveis. O Japão e a Holanda concordaram em seguir as diretrizes norte-americanas. Equipamentos fabricados em Israel, Malásia, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan também estão sujeitos à nova regra.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/12/2024

## ENTENDA O QUE MUDA NA ISENÇÃO DE IR POR DOENÇAS GRAVES

Informações: CNN Brasil (04 de dezembro de 2024)



**Pela proposta do governo, quem ganhar mais de R\$ 20 mil não terá mais direito à isenção completa**

<https://youtu.be/MVo-D7Rd23E>

Nenhum pacote fiscal anunciado pelo governo federal está previsto o fim da isenção do Imposto de Renda por doenças graves para pessoas que ganham mais de R\$ 20 mil.

A ideia do governo é usar essa medida para compensar parte da perda de arrecadação estimada em R\$ 35 bilhões, com a autorização de IR para faturamento de até R\$ 5 mil por mês.

Agora, pela proposta do governo, quem ganha mais de R\$ 20 mil não terá mais direito à isenção completa, mas pode declarar os gastos com saúde para pagar uma alíquota reduzida. A informação foi repassada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo secretário-executivo da pasta, Dário Durigan.

“Quem ganha muito próximo de R\$ 20 mil vai seguir isento. Quem ganha mais com isso, vai deixar de ser isento, mas vai ter todas as condições para seguir deduzindo gastos médicos sem limite no imposto de renda”, disse Durigan.

Atualmente, as pessoas que têm doenças graves têm direito à isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidente sobre os rendimentos relativos à aposentadoria, pensão ou reserva/reforma (militares), inclusive o 13º.

### **Veja as doenças que têm direito à isenção:**

- AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida);
- Alienação Mental;
- Cardiopatia Grave;
- Cegueira (monóculo incluído);
- Contaminação por Radiação;
- Doença de Paget em estados avançados (Osteíte Deformante);
- Doença de Parkinson;
- Esclerose Múltipla;
- Espondiloartrose Anquilosante;
- Fibrose Cística (Mucoviscidose);
- Hanseníase;
- Tumor de Nefropatia;
- Hepatopatia Grave;
- Neoplasia Maligna;
- Paralisia Irreversível e Incapacitante;
- Tuberculose Ativa.

A reforma do imposto de renda será enviada ao Congresso Nacional no próximo ano. A expectativa do governo é de que as medidas sejam inovadoras a partir de 1º de janeiro de 2026.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 04/12/2024*



## **BAHIA ECONÔMICA - BA**

### **MINERADORA VALE ADMITE QUE ESTUDA A COMPRA DA BAMIN**

*Redação - 04/12/2024 08:49*

A Bahia Mineração (Bamin) é um dos projetos analisados pela Vale num processo de “due diligence”, próprio de empresas que analisam cuidadosamente a possibilidade de compra de outras empresas. O negócio seria da ordem de R\$ 30 bilhões.



A informação é do presidente da Vale, Gustavo Pimenta ao jornal Valor Econômico. Foi a primeira vez que a

mineradora admitiu oficialmente estudar do projeto. “Bamin é um dos tantos projetos que avaliamos, mas não tem nenhuma aprovação. É somente dever de diligência que nossa equipe tem que fazer”, disse Pimenta a jornalistas em entrevista em Nova York.

O projeto da Bamin inclui a operação da mina Pedra de Ferro, em Caetité, um trecho da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol) e um terminal portuário em Ilhéus, o Porto Sul, para o embarque do minério de ferro produzido. Controlada pela Eurasian Resources Group, do Cazaquistão, a Bamin busca um sócio para poder dar continuidades ao projeto.

O colunista Lauro Jardim, do “O Globo”, afirmou em sua coluna que o governo federal teria interesse em que a Vale comprasse o ativo. Com informações do Valor.

**Fonte: Bahia Econômica**

**Data: 04/12/2024**

## GOVERNO PREPARA CONCESSÃO DE 2.400 KM DE FERROVIAS PARA LIGAR LESTE A OESTE DO PAÍS

*Por Victoria Isabel - 04/12/2024 17:50*



O Ministério dos Transportes está desenvolvendo um novo plano de concessão ferroviária que pode transformar a logística do Brasil, oferecendo até 2.400 quilômetros de trilhos à iniciativa privada. A proposta abrange a criação de um traçado que vai de Lucas do Rio Verde, no interior de Mato Grosso, até Ilhéus, na Bahia, cruzando o país de Leste a Oeste.

Esse projeto visa unir dois projetos ferroviários já em andamento: a Ferrovia do Centro-Oeste (Fico) e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). A junção dessas malhas ferroviárias resultará em um novo corredor logístico, fundamental para o escoamento de grãos e minério de ferro. Os estudos de viabilidade técnica e econômica para essa concessão conjunta estão em fase de conclusão pela Infra S.A., empresa estatal ligada ao Ministério dos Transportes.

Até o final de 2024, esses relatórios serão encaminhados à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que dará início ao processo de consulta pública. O diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, afirmou que a audiência pública está prevista para o final de janeiro de 2025. Ele também confirmou que a proposta poderá incluir uma alteração no traçado da Fiol, especialmente na parte que ainda não foi iniciada.

Atualmente, a Fiol já possui trechos em andamento entre Ilhéus e Barreiras, totalizando 1.022 quilômetros. Contudo, o projeto original previa que a ferrovia seguisse por mais 500 quilômetros até Figueirópolis (TO). A nova proposta sugere alterar esse trecho final, substituindo-o por um traçado que passaria por Mara Rosa (GO), o que facilitaria a conexão com a Fico e a Ferrovia Norte-Sul, formando um ponto único de interseção.

A Vale também está em negociações com o governo para assumir a concessão da Fiol, que atualmente está nas mãos da Bamin. Embora ainda não haja um acordo formal, as conversas indicam a possibilidade de transferência da concessão para a mineradora.

O governo federal, por sua vez, estuda a viabilidade de transferir a concessão para outra empresa, a fim de evitar a paralisação das obras e reduzir os custos com indenizações. A expectativa é que, com a concessão dessas ferrovias, o Brasil possa melhorar seu sistema logístico, com impactos diretos na competitividade do setor de exportação.

**Fonte: Bahia Econômica**

**Data: 04/12/2024**





### JORNAL O GLOBO – RJ

## LIRA DIZ QUE MOMENTO DO ANÚNCIO DE ISENÇÃO DO IR PARA R\$ 5 MIL FOI INADEQUADO E DEFENDE QUE MEDIDA PRECISA SER NEUTRA

Presidente da Câmara também defende filtros em benefícios sociais  
*Por Bernardo Lima — Brasília*



*Arthur Lira e Fernando Haddad — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo*

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta quarta-feira que o momento do anúncio do governo de aumentar a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil "inadequado". Ele ainda reforçou que a medida precisa ser neutra do ponto de vista fiscal.

A isenção do IR foi anunciada junto com o pacote de corte de gastos e prevê um imposto mínimo de 10% para quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês como forma de compensação.

— Eu queria deixar claro que o governo fez o papel dele pensando no encaminhamento de um compromisso de campanha do presidente. O momento ao meu ver foi inadequado, mas foi uma decisão política no governo, teve divisão dentro do governo para que ela ocorresse do jeito que ocorreu, tiveram vencidos e vencedores — afirmou em evento do site Jota.

Para Lira, a reforma precisa ser feita, mas deve ser neutra do ponto de vista fiscal, ou seja, devem ser apresentadas medidas que compensem a perda de arrecadação dos impostos de quem recebe até R\$ 5 mil.

— É um assunto que vai ter muito debate, eu não queria arriscar um prognóstico. Com certeza teremos que fazer, e ela terá que ser neutra.

O governo prevê uma economia de R\$ 70 bilhões em dois anos com o pacote. Lira afirma que esse número ainda precisa ser mensurado.

— Nesse momento a economia será em cortes de programas que estão sem filtro e realinhamentos das despesas, que o ministro (Fernando) Haddad estimou em R\$ 70 bilhões, vamos ver se será possível mensurar esses números com a discussão no Congresso — afirmou.

O presidente da Câmara ainda defendeu o pente-fino em programas sociais, o que faz parte dos planos do governo.

— É justo a quantidade de, por exemplo auxílio-defeso (seguro-defeso, voltado para pescadores artesanais nos momentos de reprodução dos peixes), que em determinados municípios tem mais pescador que habitantes? No BPC (Benefício de Prestação Continuada) qualquer um que tem déficit de atenção está no BPC. Então os filtros ficaram muito flácidos, muito largos.

No evento, Lira disse também que a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino sobre emendas parlamentares — a quem ele não citou nominalmente — causa "intranquilidade legislativa" e que o governo não tem votos sequer para aprovar as urgências dos projetos do pacote fiscal.

— O Congresso aprovou uma lei, essa lei foi sancionada, dando o que eu sempre falo de transparência, rastreabilidade, tranquilidade, e quem fizer errado na ponta tem todos os órgãos de controle para tomar conta, mas o fato de ter sido uma lei votada pela Câmara, pelo Senado, sancionada pelo Presidente da República, e logo em seguida uma outra decisão remodelando tudo o que foi votado, causa muita, muita intranquilidade legislativa — disse Lira em evento do site "Jota".  
— Hoje o governo não tem voto sequer para aprovar as urgências dos PLs (projetos de lei).

O presidente da Câmara disse que as medidas precisam ser votadas nestas três semanas que faltam para o fim do ano porque ainda há a análise do Orçamento.

— As medidas, ao meu, ver precisam ser votadas nestas três semanas porque ainda temos o Orçamento para entregar até o final do ano, que precisa estar enquadrado nesses cortes, chamamos de cortes, mas é uma diminuição na velocidade do crescimento das despesas — afirmou.

Lira afirmou que há "problemas que são visíveis na economia brasileira", citando "um excesso de programas" sociais em curso.

— Temos problemas que são visíveis hoje na economia brasileira. Não temos emprego, "ah temos o menor índice de desemprego de toda história", pois bem, e as empresas demandando serviços, mão de obra, que não existem. Há um excesso de programas em atividade, uma falta de filtro em alguns ministérios para ter uma ideia de realmente atingir a quem precisa

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 04/12/2024**

## **‘NÃO PASSARÃO’, DIZ EDUARDO PAES SOBRE ESTUDOS DO GOVERNO FEDERAL PARA AMPLIAR LIMITE DE PASSAGEIROS NO SANTOS DUMONT**

Prefeito afirma que, além de impactos da operação do terminal para o Galeão e a economia do Rio, normas locais podem impedir esse aumento

**Por Luiz Ernesto Magalhães — Rio**

O governo federal está estudando a possibilidade de ampliar o limite de passageiros no Aeroporto Santos Dumont a partir do ano que vem, como noticiou o g1. O foco está em flexibilizar as regras adotadas no fim de 2023 e que restringem o movimento de usuários no terminal no Centro do Rio para ampliar a circulação no Galeão, o aeroporto internacional do Rio de Janeiro.



**Passageiros lotam saguão do Santos Dumont por conta de atrasos relacionados à chuva: movimento do terminal foi limitado a 6,5 milhões de usuários por ano, impulsionando operações do Galeão — Foto: Fábio Rossi / Infoglobo**

No fim do ano passado, ficou estabelecido um limite de 6,5 milhões de passageiros ao ano no Santos Dumont, com a migração de voos do terminal para o Galeão, de forma a ampliar a conectividade e o fluxo do aeroporto internacional. Atendendo a uma demanda da Prefeitura do Rio, do Palácio

Guanabara e de entidades empresariais, os dois aeroportos passaram a operar de forma coordenada.

Técnicos do Ministério de Portos e Aeroportos avaliam que seria possível elevar o número de passageiros que passam pelo Santos Dumont sem prejuízo aos serviços prestados. Antes da aplicação da medida que limitou a circulação, o terminal estava recebendo mais de 10 milhões de viajantes por ano.

### **Críticas de Paes**



O prefeito do Rio, Eduardo Paes, reagiu à proposta por meio de suas redes sociais. “Não bastasse o impacto no Galeão e na economia do Rio, as restrições ambientais e no trânsito da região já são motivos mais do que suficientes para normas estaduais e municipais serem aplicadas impedindo esse aumento”, disse em uma postagem feita nesta manhã. “Não passarão”, acrescentou.

Nesta quarta-feira, Paes terá um encontro com o presidente Lula em Brasília, em agenda para tratar da municipalização dos hospitais federais do Andaraí e Cardoso Fontes. Em sua postagem, o prefeito afirmou que o presidente “tem enorme respeito pelos interesses do Rio”.

Também na manhã desta quarta-feira, o secretário estadual da Casa Civil, Nicola Maccione, criticou os estudos feitos pelo governo federal para flexibilizar as regras que restringem a circulação no Santos Dumont.

— Essa ideia faz parte, infelizmente, das receitas ruins do Brasil. (O Santos Dumont) tem limitações. Hoje com alguma chuva e limitado já foi esse caos — disse o secretário que participa de seminário da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-RJ).

Maccione se referia ao fato de em condições climáticas desfavoráveis há o risco do Santos Dumont fechar. Um dos passageiros que enfrentou esse problema nesta quarta-feira foi o secretário Nacional de Saneamento, Loenardo Picciani, convidado para o evento, que se atrasou. A aeronave vinda de Brasília não conseguiu pousar às 8h30 como o previsto e precisou ser desviada para o Tom Jobim.

— Essa é a segunda vez que esse assunto vem à tona. O governo do Estado é crítico a um aumento que não seja embasado em critérios técnicos. E há documentos do Governo Federal e da Anac que indicam que a capacidade máxima é de 6,5 milhões por ano. O respeito dessa capacidade já permitiu mais voos e passageiros no Galeão, o que gera mais conexões com países e transporte de carga, gerando renda para o estado. A gente espera que não seja lobby de companhias que não querem voar do Galeão ou interesses corporativos desfavoráveis à economia fluminense — acrescentou Maccione.

O presidente da Câmara do Rio, Carlo Caiado (PSD) também criticou a proposta:

—Não podemos retroceder. A retomada do Galeão fez a economia do Rio crescer. Lutamos muito por isso — disse Caiado.

### **Comércio e indústria questionam o governo**

Entidades da indústria e do comércio acompanharam os argumentos das autoridades. A Fecomércio RJ, por meio de nota, demonstrou "absoluto inconformismo diante da proposta" de ampliação do movimento de passageiros do Santos Dumont, após a limitação ao terminal ter sido acordada após longa negociação com o poder público carioca e fluminense.

A entidade classifica o aumento do fluxo aéreo do Rio de Janeiro como positiva consequência das mudanças implementadas. "Qualquer mudança neste promissor rumo significa um inaceitável retrocesso nessa iniciativa e será fatal para economia e o turismo do Rio. Por que e a quem interessa desvirtuar a política adotada?", diz a nota.

Sérgio Duarte, presidente da Rio Indústria, reforçou que a medida em estudo representaria "um retrocesso para o desenvolvimento econômico do estado". A associação frisa que o Galeão funciona como "principal porta de entrada internacional do Rio", desempenhando "papel crucial na atração de investimentos, turismo e negócios".

A Firjan e a Associação Comercial do Rio dizem, em nota conjunta, que a equipe da Secretaria de Aviação Civil estaria atuando para o esvaziamento econômico fluminense. E afirmam que "essa nova tentativa absurda de esvaziar o Galeão vai totalmente na contramão dos interesses do nosso estado e de todos os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, e parece ter um claro interesse de inviabilizar economicamente o Galeão favorecendo aeródromos de outros estados".



### Reavaliação em janeiro

De acordo com a reportagem do g1, a capacidade em número de passageiros, contudo, não será o único balizador para se decidir se haverá ampliação do movimento de passageiros, segundo Tomé Franca, secretário de Aviação Civil do ministério.

“Nós estamos fazendo uma avaliação da política pública, nós concluímos essa avaliação após um ciclo de 12 meses que se encerra em janeiro, e todos os resultados da medida de restrição do aeroporto Santos Dumont estão sendo observados”, disse ele em entrevista ao g1 e à TV Globo.

Franca afirma que o Santos Dumont tem capacidade para receber mais passageiros, mas diz que outros fatores serão levados em conta, como o aumento do número de passageiros internacionais e de transporte aéreo de carga no Galeão.

### Expansão das operações

No primeiro semestre deste ano, os dois aeroportos receberam juntos 11,5 milhões de passageiros, 3,4% mais que em igual período do ano anterior. Apenas no mês de julho, alta temporada, o aumento no movimento alcançou 8%.

O movimento de passageiros no Santos Dumont encolheu em 51,3% pela limitação aos voos domésticos, enquanto o Galeão quase dobrou o número de passageiros, com alta de 96,7%, considerando uma expansão de 34,3 em viajantes internacionais e de 159,8% de domésticos.

O Galeão foi leiloado em 2014. As estimativas de aumento no movimento de passageiros apontadas pelo estudo de concessão do aeroporto, porém, nunca se confirmaram. Após anos de queda no movimento, agravada na pandemia, a concessionária RIOgaleão pediu para devolver o ativo à União.

O processo para definir se o aeroporto será relicitado ou se será possível alcançar um acordo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão está em curso. Em paralelo, ficou determinada a coordenação dos dois aeroportos do Rio de Janeiro, de forma a ajudar na retomada do terminal internacional.

A RIOgaleão disse, em nota, que "a coordenação dos aeroportos da cidade proporciona maior conectividade para o Rio, contribuindo com o desenvolvimento econômico do estado e do país através do aumento da movimentação de passageiros e cargas". E destacou o compromisso seguir trabalhando para o desenvolvimento comercial do aeroporto internacional "com políticas para atrair companhias aéreas, passageiros e novos negócios".

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 04/12/2024*

## GOVERNO LULA TROCA PRESIDENTE DE CONSELHO DA PETROBRAS E AUMENTA PODER DO PT NA EMPRESA

Atual dirigente do colegiado, braço-direito de Silveira será indicado para a ANP; substituto será indicado pelo partido

*Por Malu Gaspar*

O presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Pietro Mendes, vai deixar a companhia. Ele será indicado pelo Palácio do Planalto para ocupar uma diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

De acordo com a indicação enviada nesta terça-feira para a Casa Civil já com a autorização de Lula, o novo presidente do colegiado da petroleira será o conselheiro Bruno Moretti, que é secretário de Análise Governamental do ministro Rui Costa na pasta.





*O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao lado da CEO da Petrobras, Magda Chambriard, durante sua posse no comando da companhia na última quarta-feira (19) — Foto: Pablo Porciuncula/AFP*

Para a vaga que será aberta no conselho, o governo vai indicar o advogado Benjamin Alves Rabello, marido de uma prima distante do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

No início deste ano, Rabello chegou a ser indicado para o conselho pela União, mas não recebeu votos suficientes na assembleia-geral da Petrobras e acabou preterido em lugar de Rafael Dubeux, que é secretário-executivo adjunto de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda.

Com as mudanças, Silveira cede espaço ao PT na Petrobras, mas recebe mais poder na ANP e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Embora mantenha três conselheiros na companhia, o ministro cede a presidência a Moretti, que é ligado ao partido do presidente. Além de Moretti, são indicações do PT a CEO, Magda Chambriard, e Dubeux, da Fazenda.

Na ANP, além de indicar Mendes, que é seu secretário-executivo e servidor de carreira da agência desde 2006, Silveira também deve emplacar na diretoria-geral Arthur Watt, que é consultor jurídico da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) e sobrinho do senador Otto Alencar (PSD-BA).

O ministro ainda conseguiu indicar para a vaga aberta na Aneel seu secretário nacional de Energia Elétrica, Gentil Nogueira de Sá Junior.

A nomeação de Moretti para presidir o conselho da Petrobras também encerra a controvérsia em torno de Pietro Mendes, que além de comandar o colegiado também é secretário do MME, o que suscitou acusações e questionamentos sobre conflito de interesse e compliance.

Isso porque, embora controlada pela União, a Petrobras tem milhares de acionistas privados e eventualmente interesses conflitantes com os do governo de turno no setor de óleo e gás, justamente sua área de atuação no ministério.

Como publicamos no blog em setembro, uma auditoria sigilosa da unidade especializada no segmento do Tribunal de Contas da União apontou que as indicações de Mendes e do então secretário-executivo do MME, Efraim Cruz, atropelaram as recomendações dos comitês internos e do próprio Conselho de Administração.

O atual dirigente chegou a ser afastado temporariamente do cargo por decisão da Justiça Federal de São Paulo, mas recorreu e voltou à função menos de uma semana depois.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 04/12/2024*

## **PROJETO QUE PERMITE RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS COM A UNIÃO AVANÇA NO SENADO**

Contribuintes poderão ter até 80% de desconto nos juros e isenção de multa

*Por Victoria Abel — Brasília*

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o projeto de lei que permite uma renegociação mais ampla de débitos não tributários com a União, seja pessoas físicas ou jurídicas.

A redução dos juros pode chegar a 80%, se o pagamento for feito de forma integral. O texto segue para a Câmara dos Deputados, já que foi aprovado de forma terminativa na CCJ.



*Senadores durante reunião da CCJ — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado*

De acordo com o texto, os descontos serão de:

- 80% nos juros e isenção da multa, em caso de pagamento total
- 70% nos juros e multa, em caso pagamento de metade da dívida inicialmente e o pagamento do restante em uma segunda prestação
- 50% nos juros e multa, em caso de pagamento inicial de no mínimo 20% da dívida, e o parcelamento do restante em até 59 prestações mensais
- 40% nos juros e multa, em caso de pagamento de 10% da dívida e o parcelamento do restante em até 119 prestações
- 20% nos juros e multa, em caso de pagamento de 10% da dívida e parcelamento do restante estendido em até 239 prestações

Para ter direito a renegociação, o devedor deve desistir de processos antes de começar a renegociar a dívida. No caso de ações judiciais, ele deve protocolar requerimento de extinção do processo com resolução de mérito.

Os depósitos vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados são automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 04/12/2024*

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL RECUA 0,2% EM OUTUBRO, APÓS DOIS MESES DE CRESCIMENTO

Mesmo com o resultado geral da indústria no negativo, houve predominância de taxas positivas entre as atividades

*Por Mayra Castro — Rio de Janeiro*



*A atividade de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis puxou o setor para baixo — Foto: Paulo Altafin/Divulgação*

A produção industrial recuou 0,2% em outubro, após alta de 1,1% em setembro e de 0,2% em agosto. O resultado, que elimina parte do ganho de 1,2% acumulado nos dois meses anteriores, veio abaixo do esperado pelos analistas de mercado, que projetavam leve alta de 0,1%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) e foram divulgados pelo

IBGE nesta quarta-feira.

- Em comparação com outubro de 2023, produção industrial cresceu 5,8%;
- No ano, a indústria acumula alta de 3,4%;
- Já em 12 meses, a expansão é de 3%.

Apesar da leve queda neste mês, o setor industrial vem mostrando resultados considerados positivos ao longo do ano, como reflexo do cenário de aquecimento economia, com o desemprego em mínimas históricas e o consequente aumento da rendas das famílias, com melhora nas condições de crédito, contexto que impulsiona o setor.



### **Crescimento na maior parte das atividades**

Ainda que o resultado geral da indústria tenha sido negativo, houve predominância de taxas positivas entre as atividades. Dos 25 segmentos pesquisados, 19 tiveram crescimento em sua produção, com destaque para veículos automotores, reboques e carrocerias, que teve alta de 7,1%.

— Permanece a característica de uma produção industrial no campo positivo, com segundo mês da indústria de transformação mostrando crescimento na produção e com o índice de média móvel trimestral voltando para o positivo. De modo geral, a leitura que se tem da produção industrial em 2024 é positiva, e esse comportamento vem sendo observado desde meados de 2023 — explicou André Macedo, gerente da pesquisa.

Já no campo negativo, a maior influência foi da atividade de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com queda puxada pela redução na produção do álcool.

— O álcool tem uma característica importante relacionada ao processamento da cana de açúcar, e foi impactado pelo movimento maior de chuvas na segunda quinzena de outubro, influenciando negativamente o segmento de derivados de petróleo e biocombustíveis. Esse tipo de queda no processamento da cana de açúcar vai impactar não só o álcool, como também o açúcar, que puxou o grupamento de alimentos para baixo — disse Macedo, pontuando que ainda assim a produção de alimentos teve resultados positivos.

### **Impulso no PIB**

Cláudia Moreno, economista do C6 Bank, avalia que um leve recuo já era esperado e que, apesar dele, a produção industrial do país vem tendo um desempenho expansionista ao longo dos últimos meses, inclusive impactando positivamente no PIB do terceiro trimestre.

"De maneira geral, a indústria, especialmente o segmento de bens de capital, tem se mostrado resiliente. No terceiro trimestre de 2024, o setor industrial, ao lado dos serviços, contribuiu para a expansão de 0,9% do PIB, como mostraram os dados publicados ontem pelo IBGE. Os números indicam que a indústria brasileira como um todo ainda está avançando, apesar da taxa Selic mais alta", comentou.

De acordo com a economista C6 Bank projeta produção industrial com expansão próxima a 3% em 2024. Já para o PIB, a projeção é de um crescimento de 3,2% em 2024, com viés de alta.

Já o economista Rodolfo Margato, da XP, considerou que os resultados foram abaixo das suas previsões, que indicavam leve alta. Ainda assim, ele destaca que, no geral, os números da pesquisa foram positivos.

— O desvio baixista da indústria total veio da queda da indústria extrativa pelo segundo mês consecutivo, e principalmente pela frustração com o segmento de derivados do petróleo e biocombustíveis que retornou ao território negativo. Esses dois segmentos com desempenho abaixo do esperado explicam a diferença em relação à indústria total, mas os resultados desagregados foram encorajadores. Podemos afirmar que a indústria brasileira ainda apresenta crescimento disseminado na margem — disse.

Ele acrescenta ainda que os economistas da XP projetam um PIB de 3,5% para 2024, mas a expectativa é desaceleração gradual ao longo de 2025, que deve ter expansão de 2%, em resposta ao aperto das condições monetárias, o menor impulso fiscal, entre outros fatores.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 04/12/2024**

**HADDAD DIZ QUE PACOTE ATENDE EXPECTATIVA PARA RESULTADOS FISCAIS E NEGA POPULISMO EM ANÚNCIO SOBRE IMPOSTO DE RENDA**

Ministro repetiu, porém, que se medidas não forem suficientes governo pode buscar alternativas  
*Por Bernardo Lima — Brasília*



*O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quarta-feira que o pacote fiscal apresentado na semana passada atende o que a área econômica do governo pretende para os resultados fiscais nos próximos anos. Haddad reiterou, porém, que se as medidas não forem suficientes o governo pode "voltar à planilha".

— Acredito que nós vamos superar isso (insegurança do mercado). Existe também da parte do governo medidas que precisam ser tomadas. Se entendermos que essas medidas não são suficientes, vamos ter que voltar para planilha, para buscar novas soluções. Mas acredito que o que foi endereçado, neste momento, atende o que a área econômica pretende atingir de resultados fiscais nos próximos anos — disse Haddad em evento do site Jota.

Haddad ainda negou populismo no anúncio feito, junto com o pacote fiscal, do aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil.

— Tem gente que diz que a reforma da renda que o governo quer fazer é populista. O que se entende como populismo? A reforma da renda que estamos propondo é neutra do ponto de vista fiscal, não pretende nem arrecadar mais nem arrecadar menos — afirmou. — Não acredito que alguém possa classificar na literatura política ou econômica esse gesto como populista, como estão dizendo.

Questionado sobre o impacto das medidas no mercado, o ministro pediu para se fazer uma distinção entre chamou de "intermediação financeira," que são os bancos, e os fundos de gestão de patrimônio.

— Quando você ouve uma pessoa ligada à intermediação financeira, como hoje por exemplo, tem várias pessoas dizendo que o governo mandou um pacote que está sendo subestimado no mercado, que está tendo um exagero nas leituras que estão sendo feitas — afirmou.

Haddad disse que não se resolve o que ele chamou de 10 anos de problemas fiscais em um ano. Disse o governo mexeu com muita, que deu "muito trabalho". Citou mudanças no salário mínimo, no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no abono salarial.

— Não me parece que as medidas de contenção de gastos sejam irrelevantes como alguns estão querendo fazer parecer — considerou.

O ministro disse que as medidas que foram para o Congresso eram a que estavam maduras:

— O mercado está dizendo que o governo mandou isso e desistiu daquilo e não funciona assim. Mandamos isso porque para o presidente essas medidas estão maduras, mas continuamos debruçados sobre a trajetória fiscal, daqui a pouco outras medidas estarão mais amadurecidas.

*Fonte: O Globo - RJ  
Data: 04/12/2024*



### **‘GOVERNO ESCOLHEU O POPULISMO ECONÔMICO E DEVE COLHER DERROTA ELEITORAL’, DIZ ALEXANDRE SCHWARTSMAN**

Na avaliação do ex-diretor do BC, governo não tem a intenção de promover um ajuste fiscal, o que deve levar a uma piora da economia brasileira nos próximos meses

*Por Luiz Guilherme Gerbelli*



**Entrevista com  
Alexandre Schwartzman - Ex-diretor do Banco Central e consultor da A.C. Pastore**

Ex-diretor do Banco Central, Alexandre Schwartzman avalia que o ritmo de crescimento da economia brasileira — o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,9% no terceiro trimestre — não é sustentável, dado que os bons números da economia têm sido impulsionados pelo consumo.

“E de onde vem o crescimento do consumo? Vem, principalmente, do aumento das transferências do governo federal para as famílias”, afirma Schwartzman, consultor da Pinotti & Schwartzman Associados e colunista do Estadão. “A política fiscal tem estimulado o consumo. Consome-se mais, e a economia reage, mas reage de uma maneira desigual.”

Em entrevista concedida ao Estadão, Schwartzman avalia que o governo Lula não tem a intenção de promover um ajuste fiscal, uma vez que isso evitaria medidas “politicamente custosas”. No entanto, essa postura abre um cenário mais difícil para a economia brasileira, com uma combinação de endividamento crescente, aumento dos juros e alta da inflação.

“O meu comentário sobre o pacote é que não fizeram mais porque têm receio de derrota eleitoral. Entre a derrota eleitoral e o populismo, eles escolheram o populismo. E vão colher uma derrota eleitoral”, afirma. “Tem muito o que piorar. Esse é o problema”

#### ***A seguir os principais trechos da entrevista.***

##### **Como o sr. avalia o quadro da economia?**

O ritmo de crescimento está forte. Você pode dizer que é um resultado positivo. Seria positivo se fosse sustentável, mas ele tem dado todas as indicações de que não é um crescimento que vamos conseguir manter indefinidamente. Primeiro, é um crescimento, do ponto de vista de demanda, liderado pela expansão do consumo. Se analisarmos o que aconteceu ao longo do ano ou no último trimestre, o consumo responde por mais ou menos uns dois terços do aumento da demanda doméstica. É o que está empurrando o PIB. É muito uma história sobre crescimento do consumo. E de onde vem o crescimento do consumo? Vem principalmente do aumento das transferências do governo federal para as famílias, como as da Previdência, do Bolsa Família, do BPC (Benefício de Prestação Continuada), do abono, do seguro-desemprego. A política fiscal tem estimulado o consumo. Consome-se mais, e a economia reage, mas reage de uma maneira desigual.

##### **O que seria essa maneira desigual?**

O lado dos serviços está crescendo bem mais do que o lado da indústria. Se a gente for analisar nos últimos 12 meses ou ao longo do ano, quem está crescendo de maneira mais vigorosa é o segmento de serviços. As diferenças de ritmo nem são tão grandes, mas, como o setor de serviços é muito maior do que a indústria, ele representa 80% do crescimento do valor adicionado no País nos três primeiros trimestres do ano sobre o final de 2023. Então, basicamente, esse crescimento se traduz em expansão do setor de serviços. Por uma razão muito simples: serviços não podem ser importados. Se você está consumindo mais serviço, tem de produzir mais serviços. Tudo bem, se há mão de obra disponível, uma taxa de desemprego super alta, você pode aumentar tanto a produção de serviço quanto a industrial.

**Mas não é o caso...**

Estamos com uma taxa de desemprego apertada. Obviamente, então, há um crescimento maior de serviços e um crescimento menor na indústria. Como a gente faz a diferença? Essa diferença vira um aumento da importação, que também aparece nas contas nacionais. Basicamente, esse crescimento da demanda tem pressionado as importações, por um lado, e tem pressionado o hiato do produto (diferença entre PIB potencial e efetivo que, quando é positiva, gera inflação). A taxa de desemprego vem caindo, e a inflação acelera. O que falei no começo do ano continua valendo. Crescer mais do que 3% vai dar problema, e estamos vendo os problemas agora. Não é por outro motivo que o Banco Central está subindo os juros.

### **E até qual patamar o BC pode subir os juros num cenário que se agravou nas últimas semanas, com desvalorização adicional do câmbio e a incerteza fiscal?**

A nossa cabeça é que vai até 13 e pouco, 13,25%, o que provavelmente não vai ser suficiente para fazer a inflação convergir para a meta. Nesse momento, o objetivo do Banco Central é não deixar a inflação escapar muito dos 4,5%. Ela vai estourar o limite agora em dezembro. Provavelmente, ao longo da primeira metade do ano que vem, ela permanecerá acima disso. A briga do Banco Central é, essencialmente, não deixar esse negócio escorregar ainda mais.



*Brasil deve conviver com mais juros e inflação, diz Schwartzman Foto: ALEX SILVA/ESTADÃO*

### **E qual a avaliação do pacote fiscal apresentado pelo governo? Um avanço apenas das medidas de contenção de gastos não pode ajudar a melhorar o humor?**

São várias coisas. O pacote é nitidamente aquém do que a gente precisa. A gente precisaria melhorar o resultado primário em cerca de R\$ 300 bilhões. Mas o pacote não corta R\$ 70 bilhões? Não, ele não corta. Em 2025, você gastaria R\$ 30 bilhões a menos do que está previsto na lei orçamentária; em 2026, seriam R\$ 40 bilhões a menos do que está previsto. Dado que há um aumento de gastos no meio do caminho, não estamos cortando gasto nenhum. Estamos só limitando o ritmo de aumento. Concretamente, não temos maiores progressos no que diz respeito a produzir uma trajetória de resultados primários que evitassem que a dívida continuasse a crescer. A dívida vai continuar a crescer. Nesse aspecto, o pacote é ruim. E isso dando de barato que as medidas que foram divulgadas passarão todas, o que dificilmente vai ser verdade, porque, dentre elas, têm, por exemplo, as emendas parlamentares. Estão propondo cortar em torno de R\$ 6 bilhões, R\$ 7 bilhões por ano. Não sou diplomado em ciência política, mas algo me diz que isso não vai voar. Provavelmente, o pacote vai sair ainda menor do que foi proposto.

### **O País, então, caminha para um endividamento crescente. Vamos ver mais uma rodada de desvalorização dos ativos?**

Essa pressão acaba se materializando principalmente em câmbio e inflação. Acho que aí é que a coisa vai acabar pegando. Vamos ter de conviver com um dólar caro e isso repercute sobre inflação. Tem um pedaço da desvalorização que ainda não teve tempo de impactar preços. E não era muito clara para os formadores de preços, de maneira geral, quanto da desvalorização era permanente e quanto era temporária. Acho que a maior parte disso é, de fato, permanente. E aí o repasse é bem maior.

### **Vamos ver números piores de inflação?**

Acho que vamos. Vão ter ali alguns acidentes no meio do caminho. Janeiro vai ter um número bom porque entra o bônus de Itaipu (R\$ 1,3 bilhão do bônus deverá ser utilizado com objetivo de reduzir a tarifa de energia). Mas, se for olhar os núcleos de inflação, eles já vão estar carregados ainda um pouco mais. Então, é mais inflação, mais juro. Vamos ter que conviver com isso.

### **E como o governo entrega a economia em 2026, ano eleitoral?**

Já vai entrar numa situação bem delicada. É isso que eles não se deram conta. O meu comentário sobre o pacote é que não fizeram mais porque têm receio de derrota eleitoral. Entre a derrota



eleitoral e o populismo, eles escolheram o populismo. E vão colher uma derrota eleitoral - para parafrasear o Churchill. Está longe ainda. Tem muito o que piorar. Esse é o problema.

### **Reverter essa dinâmica de piora é possível ou o governo perdeu uma janela de oportunidade?**

A janela está aí. Se quiserem fazer, sim, há como. A minha dúvida maior é: eles querem fazer? A minha impressão é que não. Qual é a minha leitura daquela maluquice do Imposto de Renda? De uma forma ou de outra, não teria um impacto no curto prazo ou, pelo menos, no ano que vem, mas por que ficamos preocupados com isso? Porque, basicamente, sinaliza o desconforto que esse governo tem para fazer qualquer espécie de ajuste fiscal. Claramente, eles não querem fazer isso. Não querem porque têm medo que as medidas que teriam de fazer, como mexer no reajuste do mínimo, nos pisos de saúde e educação, são politicamente custosas. Eles não querem fazer isso. Está mais do que claro.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 04/12/2024*

### **GOVERNO NÃO TEM VOTO PARA MEDIDAS DO PACOTE DE GASTOS, MAS CONGRESSO NÃO VAI FALTAR, DIZ LIRA**

O presidente da Câmara ponderou que as medidas precisam ser votadas logo porque o Congresso ainda tem todo o Orçamento de 2025 para aprovar

*Por Fernanda Trisotto (Broadcast) e Célia Froufe (Broadcast)*

BRASÍLIA - Ao falar sobre o pacote de contenção de despesas do governo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta quarta-feira, 4, comentou que, apesar da “situação frágil do governo, que não tem votos nem sequer para aprovar urgência dos projetos”, não dúvidas de que o Congresso conseguirá votar as medidas ainda este ano.

“Hoje o governo não tem voto sequer para aprovar as urgências dos PLs (projetos de lei). A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) eu coloquei na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), como pedi para ser extrapauta, e foi retirada a pedido do governo, porque eu acho que não tinha a certeza de ter os mínimos votos para aprovar a admissibilidade da PEC na CCJ”, afirmou, durante o deputado, o Fórum Jota — o Brasil em 10 anos, realizado em Brasília.

“Então, vai se ter, sim, essa semana, a próxima, a outra, muito trabalho, muita conversa, muito convencimento para que essas matérias saiam, e eu não tenho dúvida que o Congresso não vai faltar, agora está num momento de muita instabilidade, de muita ansiedade, de muita turbulência interna por causa desses acontecimentos”, disse.

Lira ainda ponderou que as medidas do pacote precisam ser votadas nos próximos dias porque o Congresso ainda tem todo o Orçamento de 2025 para votar e aprovar. “O Orçamento precisa estar enquadrado dentro desses cortes, que a gente chama de corte, que, na realidade, é uma diminuição da velocidade do crescimento da despesa. É isso que está deixando todo mundo um pouco incomodado e, talvez, uma medida ou outra mais efetiva, possa trazer uma tranquilidade para o país de acomodação nesses momentos de instabilidade de mercado, de juros, de dólar e, enfim, tudo”, afirmou.

“O momento é instável, e nós não podemos esconder, porque ele está claro, mas eu não tenho dúvidas que nós vamos conseguir (votar), ou esta semana ou na outra, com calma, se puder, a gente vai conversando, vai dialogando, o governo está empenhado”

Lira reconheceu que está bem marcado dentro da Câmara que uma ala de deputados queria medidas mais amplas de contenção de gastos, incluindo a vinculação do crescimento da receita da educação, da saúde e da previdência no salário mínimo. “É preciso que se discutam (as propostas), e todos os setores que estão ali atingidos pelas medidas já estão se mobilizando”, disse.



*Lira anunciou que deve colocar em votação nesta tarde a urgência da apreciação das medidas que compõem o pacote Foto: Wilton Junior/Estadão*

O deputado também afirmou, em relação aos gastos do Executivo, que há um excesso de programas sociais em atividade que acabam se sobrepondo e falta filtro em alguns ministérios. Ele também disse não saber se é possível mensurar a conta com a projeção de economia de R\$ 70 bilhões em dois anos após a aprovação do texto no Congresso.

Para Lira, é preciso que a “locomotiva esteja à frente dos vagões” na discussão sobre o pacote de corte de gastos. Ele anunciou que deve colocar em votação nesta tarde a urgência do projeto de lei e do projeto de lei complementar que compõem o pacote e que, no caso da proposta de emenda à Constituição (PEC), o texto será apensado a outra proposta com tramitação mais adiantada, como já mostrou o Estadão/Broadcast.

Para vencer todos os assuntos da votação do pacote de contenção de gastos, Lira aposta em muito diálogo para dar conta das votações nas próximas duas semanas e meia.

### **Discussão de IR em ‘momento inadequado’**

Lira disse que o Congresso tem obrigação de votar a reforma tributária da renda no ano que vem e que avaliou como inadequado o momento em que o governo pautou o debate sobre a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil.

“Eu queria deixar claro que o governo fez o papel dele pensando no encaminhamento de um compromisso de campanha do presidente. O momento, a meu ver, foi inadequado, mas foi uma decisão política do governo. Teve divisão dentro do governo para que ela ocorresse do jeito que ocorreu, tiveram vencidos e vencedores. É um assunto que vai ter que ter muito diálogo, vai ter que ter muito debate, eu não queria arriscar um prognóstico. Com certeza nós vamos ter que fazer, e ela terá que ser neutra”, afirmou.

### **‘Preservar arcabouço’**

O presidente da Câmara disse que os projetos do governo para conter o avanço das despesas são importantíssimos para preservar o arcabouço.

“A questão da PEC e dos PLs para os cortes de gastos, que são, essencialmente, importantíssimos para preservar o desenho do arcabouço. Todos nós sabemos disso, o que está custando e causando para os brasileiros esse momento de instabilidade no juro futuro, na taxa, no dólar. Nós temos que tratar esse assunto com muita seriedade, o que não está sendo fácil, porque tem muitas variáveis que estão acontecendo, que não dependem só da vontade do Congresso, que não estão ajudando no encaminhamento de sensibilidade política desse momento”, disse, sem mencionar diretamente o impasse sobre as emendas parlamentares no Supremo Tribunal Federal (STF), mas lembrando sobre os limites constitucionais da atuação de cada Poder.

Questionado sobre o calendário apertado de votações para o final do ano, Lira sinalizou que gostaria de concentrar a avaliação de propostas sobre segurança pública de dias 10 a 12 de dezembro. Em relação à reforma tributária, ele disse que espera o Senado devolver os textos.

“Estamos esperando que o Senado cumpra o compromisso que assumiu de pedir a retirada da urgência para entregar a votação agora, na primeira ou segunda semana de dezembro, a outra nós mandamos para lá, mas eu penso que é mais simples”, disse sobre os projetos.

### **Economia e reeleição**

Lira afirmou que qualquer governo que almeje a reeleição será mais forte se a economia estiver indo bem. “Eu penso que todo governo candidato à reeleição, se tiver a economia bem situada, é forte candidato”, disse.



Em relação ao cenário nacional, após o avanço do Centrão nas eleições municipais, ele disse que é preciso diferenciar o pleito municipal das eleições nacionais.

“Como há uma capilaridade muito maior de parlamentares de centro, é lógico que isso tem influência também nas vitórias nas eleições municipais. E, quando você vem para o Brasil, aí você já procura um síndico que vai cuidar das políticas públicas mais firmes, mais exigentes, e aí as populações também se dividem. O Brasil se divide, ele fica mais vermelho para um lado, mais azul para o outro, mais neutro para o outro, e elas geralmente não casam”, observa.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 04/12/2024*

## **BRASIL QUER ANUNCIAR CONCLUSÃO DE ACORDO COM UE NA SEXTA-FEIRA, MAS AINDA AGUARDA OS EUROPEUS**

Acordo comercial, negociado há 25 anos, pode ser assinado na reunião de Cúpula do Mercosul, no Uruguai; palavra final da UE sobre participação no evento é aguardada em Brasília para esta quarta-feira

*Por Beatriz Bulla*

O governo brasileiro trabalha para que haja, na sexta-feira, 6, de manhã, em Montevidéu, o anúncio político de que União Europeia e Mercosul concluíram o acordo comercial de livre-comércio entre as duas regiões, 25 anos de negociações depois. Integrantes do governo com acesso aos preparativos da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Uruguai afirmam que este é o “plano A” brasileiro, pois há sinal verde do Planalto e do Itamaraty para concluir o acordo. Até o momento, no entanto, não há confirmação da União Europeia. O Brasil considera que os obstáculos técnicos presentes nas últimas sete rodadas de negociações foram, enfim, superados.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, ainda não confirmou a vinda ao Uruguai nesta semana. Isso significa que, da parte da União Europeia, ainda há arranjos políticos que precisam ser feitos. Há pressão entre europeus a favor e contra o acordo. A palavra final dos europeus é aguardada em Brasília para esta quarta-feira.



*Ursula Von der Leyen não havia confirmado, até esta quarta-feira, 4, presença na reunião do Uruguai Foto: Nicolas Tucet/AFP*

Concluir e anunciar o acordo na sexta - algo ainda pendente de definições - também não garante que o livre-comércio entre os blocos se tornará realidade. A tentativa de anunciar agora a sua conclusão é uma cartada política para driblar as resistências existentes.

“Um anúncio de uma conclusão será um passo para a frente. Demonstrará que Bruxelas e Mercosul estão determinados. E sobretudo em um quadro politicamente instável na França, as pessoas podem dizer ‘de repente esse governo francês cai’. É como um jogo de pôquer e, nele, o anúncio da conclusão é uma cartada forte”, diz Victor do Prado, membro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e ex-diretor do conselho e do comitê de negociações comerciais da OMC.

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos deu novo impulso para a aceitação do acordo entre europeus. A necessidade de criar novas geografias de comércio em um mundo onde os EUA tendem a se isolar é um fator que, segundo envolvidos nas negociações, tem sido levado em conta.

### **Longo caminho**

Para o acordo passar a valer, porém, o caminho é longo e incerto. Depois do anúncio da conclusão, etapa que os dois lados esperam alcançar nesta semana, o texto final passa por revisões e entra em



fase de tradução para 23 línguas. Só depois disso é assinado. A partir daí, precisa ser aprovado pelo Parlamento Europeu. É onde a França e países opositores podem tentar bloquear o seu avanço.

Anunciar o acordo e não concluí-lo já aconteceu antes. Em junho de 2019, os dois blocos regionais anunciaram a conclusão do acordo, que começou a ser negociado em 1999. Mas, nos últimos cinco anos, o texto nunca chegou a ser assinado. A conclusão completa do texto e o processo para sua implementação ficaram travados. Isso porque a opinião pública europeia era crítica ao governo Bolsonaro em razão dos índices de desmatamento na Amazônia.

Em 2023, no início do governo Lula, os debates foram retomados. Em março daquele ano, os europeus enviaram ao Mercosul um protocolo adicional para ser incluído no texto, com mais condicionantes de proteção ambiental. O Brasil achou o novo pedido desbalanceado, mas aproveitou para reabrir de vez as negociações em mais um capítulo, além do que fora solicitado pelos europeus, para emplacar mudanças com relação às compras governamentais. À época, a decisão provocou cisão dentro do governo, como revelou o Estadão. Uma ala da Esplanada dos Ministérios acreditava que esse movimento afastaria a possibilidade de conclusão do acordo do horizonte.

De agosto de 2023 até o final de novembro de 2024, foram feitas sete rodadas de negociações em Brasília. O novo texto, acordado pelos negociadores na semana passada, é mantido sob sigilo. Foram feitos ajustes nas seções ambiental e de compras públicas. Os diplomatas consideram que, tecnicamente, ele está pronto e autoridades do alto escalão do governo brasileiro trabalham com a perspectiva de poder fazer o anúncio na sexta-feira, 6, quando integrantes do Mercosul se reúnem em Montevidéu.

### **Resistência**

Entre os governos opositores na UE, o mais vocal tem sido a França, que conta com o apoio da Polônia. O governo francês tenta convencer Holanda, Áustria e Itália a se juntarem em oposição ao texto e bloquearem a aprovação do acordo no Parlamento Europeu.

A França, no entanto, está em meio a uma crise política. Parlamentares franceses votam nesta quarta, 4, uma moção de desconfiança que pode derrubar o governo de coalização do primeiro-ministro Michel Barnier, indicado pelo presidente Emmanuel Macron.

A ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, porém, pediu nesta terça, 3, que a Comissão Europeia finalize o acordo na sexta-feira, no Uruguai. Segundo ela, o encontro do Mercosul em Montevidéu é "provavelmente a última oportunidade" para fazer o acordo finalmente sair.

A coalizão favorável ao acordo, na Europa, é liderada pela Alemanha e pela Espanha. O argumento do bloco favorável ganhou força na Europa após a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos. O republicano ameaça taxar em 10% todos os produtos importados - e o acesso a um mercado comum de 800 milhões de pessoas, portanto, torna-se ainda mais relevante neste cenário.

Depois da aprovação pelo Parlamento Europeu, os países membro ainda precisam ratificar o acordo através dos seus parlamentos. O cronograma do acordo, no entanto, já passa a valer após o voto favorável do Parlamento Europeu. No caso do setor de automóveis, por exemplo, a queda progressiva na tarifa até a tarifa zero se dará ao longo de 15 anos (de acordo com o texto fechado em 2019). Este prazo começaria a correr a partir da aprovação pelo Parlamento Europeu.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 04/12/2024*

### **PARA 61% DO MERCADO, HADDAD PERDEU FORÇA DESDE O INÍCIO DO MANDATO, MOSTRA PESQUISA GENIAL/QUAEST**

Em março deste ano, apenas 14% do mercado financeiro tinham esta impressão do ministro  
*Por Eduardo Laguna (Broadcast)*

A pesquisa Genial/Quaest que coleta opiniões do mercado financeiro revela uma percepção de enfraquecimento do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, junto com a perda de credibilidade da política fiscal. A avaliação positiva do mercado em relação ao trabalho de Haddad caiu para 41%, frente aos 50% do levantamento anterior, feito em março. Para 61%, o ministro da Fazenda perdeu força desde o início do mandato, sendo que em março apenas 14% tinham esta impressão.



**Avaliação positiva do mercado em relação ao trabalho de Haddad caiu para 41%, frente aos 50% do levantamento anterior** Foto: Wilton Junior/Estadão

A pesquisa foi realizada nos últimos cinco dias - entre 29 de novembro e 3 de dezembro -, capturando, assim, a reação negativa do mercado financeiro ao pacote fiscal anunciado na quarta-feira da semana passada. Foram feitas 105 entrevistas com gestores, economistas, analistas e operadores (traders) de fundos de investimento sediados em São Paulo e no Rio de

Janeiro.

A pesquisa confirma o desgaste da política fiscal perante o mercado. A avaliação de 58% dos entrevistados é de que o arcabouço fiscal, que estabelece metas de redução do déficit nas contas públicas e limites para os gastos, perdeu toda a credibilidade. A parcela restante, 42%, entende que restou pouca credibilidade à regra.

### **Alta na expectativa de piora da economia**

Conforme a Genial/Quaest, na esteira das medidas de contenção de despesas públicas consideradas nada satisfatórias por 58%, mais de um terço do mercado (37%) entende que o arcabouço se sustenta apenas até o ano que vem. É praticamente generalizada a avaliação, manifestada por 96% dos participantes da pesquisa, de que a política econômica avança na direção errada - um aumento em relação à parcela que tinha esta percepção em março: 71%.

Com isso, apesar de indicadores de atividade acima que surpreenderam neste ano os economistas, a expectativa de piora da economia nos próximos 12 meses subiu de 32% para 88%.

A ampliação da faixa de isenção do imposto de renda para R\$ 5 mil, proposta junto com o pacote, é tida por 85% como uma medida que tende a prejudicar a economia, e metade dos entrevistados (50%) vê como muito provável sua aprovação no Congresso. Apesar disso, aumentou, de 23% para 39%, a avaliação de que, em geral, é baixa a capacidade do governo de aprovar sua agenda no Legislativo.

Após a divulgação do pacote de contenção de gastos, 67% dos fundos dizem que vão aumentar sua posição no exterior. Com 66% do mercado colocando na conta uma aceleração da alta dos juros para 0,75 ponto porcentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na semana que vem, um terço (34%) aposta que o ciclo de aperto monetário termina com a Selic acima de 14%.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 04/12/2024**

## **OPINIÃO - SILÊNCIO ELOQUENTE DE HADDAD PREJUDICA PLANOS DO GOVERNO**

No momento em que País precisa de estabilidade e previsibilidade, plano do Poder Executivo carece de substância e clareza

**Por Jonas Ricobello**

O anúncio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o plano de corte e redução de gastos do governo trouxe à tona mais perguntas do que respostas. A proposta de instituir uma "tributação mínima" de 10% sobre a renda das pessoas físicas, algo que, na prática, colide diretamente com o

artigo 10 da Lei 9.249/1995, chama a atenção. Esse dispositivo atualmente isenta os dividendos da tributação pelo Imposto de Renda.

Enquanto o mercado ainda tentava decifrar os impactos, o governo deixou um silêncio ensurdecedor sobre como, exatamente, pretende alterar uma legislação que há décadas é um dos pilares do regime tributário. A institucionalização da tributação sobre dividendos exigiria, no mínimo, uma mudança clara e direta na lei.

Uma hipótese seria a revogação do artigo 10, eliminando a isenção dos dividendos. Embora direta, a abordagem demandaria amplo debate legislativo e enfrentaria resistências significativas também no mercado financeiro, que já reagiu negativamente.

Outra possibilidade seria mantê-lo, mas introduzir exceções explícitas, permitindo a incidência do imposto sobre dividendos acima de um limite.



**Ministério da Fazenda liderado por Haddad não deu detalhes sobre como pretende encerrar a isenção de tributação dos dividendos Foto: Wilton Junior/Estadão**

Por fim, o governo poderia adotar uma abordagem mais “criativa”, criando um novo imposto específico sobre distribuição de lucros e dividendos, paralelamente à manutenção do artigo 10. Essa, porém, levantaria dúvidas sobre a constitucionalidade e a coerência do sistema tributário.

Independentemente da escolha, ela precisará tramitar pelo Congresso Nacional, exigindo aprovação em ambas as Casas Legislativas e enfrentando o escrutínio de parlamentares, setores econômicos e sociedade. Qualquer alteração que implique aumento de tributos também deverá respeitar o princípio da anterioridade, ou seja, sem produzir efeitos no mesmo exercício fiscal de sua aprovação.

E é aqui que surge a inquietude: por que não há transparência nos detalhes?

O mercado financeiro respondeu com volatilidade e cautela. As mudanças propostas, ainda nebulosas, afetam diretamente decisões de investimento e de distribuição de lucros. Ao deixar no ar uma provável promessa de tributar dividendos sem detalhar o mecanismo legislativo para tal, pode-se desestimular investimentos e comprometer o crescimento econômico.

No momento em que o País precisa desesperadamente de estabilidade e previsibilidade, o plano do Poder Executivo carece de substância e clareza.

O Brasil merece um debate sério, detalhado e transparente sobre tributação de dividendos. O silêncio do governo não é apenas incômodo – é prejudicial.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 04/12/2024**

## **OPINIÃO - MINISTÉRIO DA FAZENDA PRECISA ORAR A PACHECO E A LIRA PELO PACOTE DE GASTOS**

Com Haddad acumulando tantas derrotas, sua credibilidade é muito baixa hoje e precisa de ajuda do Congresso

**Por Fábio Alves (Broadcast )**

A impressão que ficou, após o breve alívio no dólar e na curva de juros ao longo do pregão de sexta-feira passada, é que investidores, analistas, gestores de fundos e empresários estão depositando toda a esperança agora no Congresso para evitar que as contas públicas saiam novamente dos trilhos, como aconteceu durante o governo de Dilma Rousseff.



Só para lembrar: no auge do estresse do mercado após a divulgação das medidas de ajuste fiscal, o dólar tocou na máxima histórica de R\$ 6,11. Mas chegou a ceder até abaixo de R\$ 5,96 após as declarações do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, na direção de priorizar – “com celeridade e boa vontade” – a votação do chamado pacote de cortes de gastos e também de condicionar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil se houver espaço nas contas públicas. O alívio, porém, foi curto. E a semana encerrou com a moeda americana a R\$ 6.

O azedume não foi somente por causa da inoportuna surpresa de antecipar a reforma do IR: além de as medidas de ajuste fiscal terem sido consideradas insuficientes e aquém das estimativas alardeadas pela equipe econômica, o pacote teve na sua composição muito de rearranjo de despesas e pouco de cortes de gastos obrigatórios de forma estrutural. Ficou evidente que o presidente Lula não está disposto a perseguir uma política fiscal responsável, visando manter algum controle da trajetória da dívida pública.



**Lira e Pacheco demonstraram intenção de dar celeridade ao pacote de corte de gastos no Congresso** Foto: Wilton Junior/Estadão

Se nada for feito, o futuro é preocupante. Basta se lembrar que, no governo Dilma, o Banco Central foi forçado a elevar os juros a 14,25% e mantê-los nesse patamar de julho de 2015 até outubro de 2016, após um período de grande descontrole fiscal. Mesmo assim, a inflação em 2015 acelerou até 10,67%. Em janeiro de 2013, o dólar ainda estava abaixo de R\$ 2. Em 2015, superou R\$ 4.

Com o ministro Fernando Haddad acumulando tantas derrotas, sua credibilidade é muito baixa hoje. Ele disse que o pacote não é o “gran finale” de tudo o que precisa fazer e prometeu que, daqui a três meses, pode estar discutindo outras medidas. Essa fala não fez preço. E por quê? Após ele enrolar o anúncio do pacote por um mês e inflar as expectativas com um número de ajuste de R\$ 70 bilhões, o mercado não vai mais embarcar nas promessas doces do ministro. Resta ao Congresso assumir a responsabilidade fiscal de que Lula abriu mão. A partir de agora, o mercado vai reagir mais a cada palavra de Pacheco e de Lira. Se o pacote sair do Congresso mais duro do que aquele que Haddad enviou, o dólar recua.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/12/2024

ECONÔMICO  
**Valor**

Informação que vira dinheiro.

**VALOR ECONÔMICO (SP)**

**ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO E FIRJAN CRITICAM POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DE VOOS NO SANTOS DUMONT**

As entidades afirmam que a tentativa vai na contramão dos interesses do Estado e do município de viabilizar economicamente as operações do aeroporto internacional do Galeão

Por Paula Martini, Valor — Rio



**Saguão do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro** — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) divulgaram uma nota conjunta nesta quarta-feira (4) em que criticam a possibilidade de ampliação de voos no Aeroporto Santos Dumont, estudada pelo governo federal.



A ideia do governo é promover uma ampliação gradativa da movimentação do Santos Dumont, atualmente limitada a 6,5 milhões de passageiros, para fazer uma recomposição gradual do caixa da Infraero, como mostrou o Valor.

Na nota, as entidades afirmam que a tentativa vai na contramão dos interesses do Estado e do município de viabilizar economicamente as operações do aeroporto internacional do Galeão, na zona norte do Rio, que está “retomando seu protagonismo” como porta de entrada de voos internacionais no país.

“Essa nova tentativa absurda de esvaziar o Galeão vai totalmente na contramão dos interesses do nosso Estado e de todos os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, e parece ter um claro interesse de inviabilizar economicamente o Galeão favorecendo aeródromos de outros Estados”, diz o texto.

Localizado na Ilha do Governador, zona Norte do Rio, o Galeão foi concedido à iniciativa privada em 2014, mas nunca atingiu a demanda de passageiros projetada. A concessionária Changi, que administra o terminal, chegou a anunciar o desejo de devolver a concessão, mas recuou após um acordo pelo qual o governo se comprometeu a limitar os voos do Santos Dumont.

O Ministério de Portos e Aeroportos confirmou nesta quarta (4) que vai avaliar uma ampliação “pequena” no limite de passageiros que podem usar o Santos Dumont. A análise será feita em 2025 conjuntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo a Pasta, o estudo atende a um pedido da Infraero, responsável pelo Santos Dumont, para ampliar o limite de passageiros no terminal doméstico.

“Mais uma vez, alguns representantes da aviação civil, inexplicavelmente, tentam esvaziar a exitosa operação de retomada de voos nacionais e internacionais para o aeroporto do Galeão, propondo o retorno dos voos nacionais para o Santos Dumont e enfraquecendo o principal aeroporto da segunda maior economia do país”, critica a nota assinada por ACRJ e Firjan.

As organizações também criticam as condições do Santos Dumont, afirmando que o terminal opera “sobrecarregado”, com filas de espera “monstruosas” para o estacionamento e gargalos na segurança.

“O trabalho de lobby pelo esvaziamento que tornaria insustentável economicamente o Galeão torna-se um vergonhoso desrespeito com a população carioca e com a economia fluminense”, afirmam.

A nota destaca que desde a implementação do teto anual de 6,5 milhões de passageiros no Santos Dumont, o Galeão registrou um aumento de 31,2% na movimentação de passageiros internacionais de janeiro a outubro de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo intervalo foi registrado um crescimento de 49,4% no transporte de cargas.

“É inaceitável para o turismo, para a captação da movimentação de cargas, para os cidadãos que aqui vivem e para negócios da cidade que agora as autoridades responsáveis federais pela aviação comercial brasileira queiram mais uma vez retroceder e contribuir para o esvaziamento econômico do nosso Estado mesmo depois da posição pública e clara do presidente da República, do governador do Estado e do prefeito do Rio de Janeiro no compromisso dessa retomada”, afirmam as entidades.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/12/2024*

## **COMISSÃO DA CÂMARA APROVA PEC QUE EXIGE AVAL DO CONGRESSO PARA BDNES EMPRESTAR DINHEIRO A OUTROS PAÍSES**

Proposta teve 31 votos a 27 na CCJ e desagradou governo federal

*Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília*



Em um revés para o governo Lula, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, por 31 votos a 27, a proposta de emenda constitucional (PEC) que determina que os empréstimos dos bancos públicos controlados pela União precisarão do aval do Congresso quando envolverem operações fora do Brasil.

A medida visa bloquear os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a obras no exterior, o que causa preocupação em setores da indústria. O assunto é um dos que mais causa desgaste para os governos do PT e foi uma das primeiras pautas levantadas pela oposição após a volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência. Leia também: Executivo de marketing do Itaú é demitido por problemas com cartão corporativo Isenção do IR até R\$ 5 mil é 'neutra', indica estudo

A PEC foi apresentada em março e ronda a pauta desde então. Nos primeiros momentos, o governo enfrentou dificuldade com a matéria na CCJ. Mas em agosto, com a entrada de Republicanos e PP em ministérios, conseguiu retirar a proposta de pauta – até esta quarta-feira, quando o assunto voltou e contou com adesão dessas siglas para ser aprovado.

O BNDES tentou convencer os parlamentares a não votarem a PEC com notas técnicas distribuídas para sustentar que o texto tirará competitividade frente a instituições privadas. Além disso, aponta que ao analisar os empréstimos, o Congresso violará o sigilo bancário, tornará públicas informações sensíveis dos negócios e vai impor insegurança jurídica as empresas brasileiras. “A proposta sujeitará os exportadores a uma maior incerteza, por exemplo, quando à aprovação e ao prazo de disponibilidade do financiamento ou garantia”, diz.

Relator da PEC, o deputado Arthur Maia (União-BA) afirmou que a proposta pode ser alterada na comissão especial da Câmara, mas que é importante que seja debatida. “É fundamental que o Parlamento se posicione contra um fato que a sociedade brasileira abomina: o dinheiro do BNDES enviado para obras no exterior por critérios ideológicos e tem trazido prejuízos para o Brasil”, declarou. “Não podemos ignorar o fato de que o Brasil está sendo lesado.”

As operações que causaram polêmica junto à opinião pública e denúncias de corrupção em governos estrangeiros aliados do PT resultaram em calotes bilionários. Segundo o site do BNDES, Cuba tem US\$ 250 milhões em parcelas atrasadas, a Venezuela tem US\$ 722 milhões e Moçambique possui US\$ 122 milhões. Quem arcou com o prejuízo, porém, não foi o BNDES, mas o Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

O deputado Bandeira de Mello (PSB-RJ) defendeu que a linha de crédito para exportações do banco permitiu, por exemplo, as vendas de aeronaves pela Embraer e que o projeto engessa o Brasil. “É uma coisa que não existe no mundo inteiro, aprovar no Congresso operação de crédito”, disse. “O dinheiro não sai do Brasil. O caso do Porto de Mariel [em Cuba], o que o BNDES financiou foi um serviço, totalmente feito em território nacional”, explicou.

A votação joga dificuldade ainda para uma proposta do governo Lula. Em novembro do ano passado, o Executivo propôs projeto de lei para atualizar as regras do BNDES a práticas já adotadas pelo banco e exigências do Tribunal de Contas da União (TCU) e permitir a volta dos financiamentos das exportações de bens e serviços, paralisada desde 2017.

Entre as regras está proibir empréstimos para países que estão inadimplentes com o Brasil e disponibilizar, na página do banco na internet, as informações sobre a carteira de financiamentos à exportação, além de informar anualmente sobre esses empréstimos ao Senado. O projeto foi encaminhado pelo Executivo há mais de um ano, mas sequer foi despachado para as comissões pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 04/12/2024**

### GOVERNO IMPROVISA PARA BELÉM RECEBER A COP30

Evento gera expectativa de legado nas áreas turística e de infraestrutura  
*Por Fabio Murakawa — De Belém*



**Revitalização da Nova Doca foi orçada em R\$ 310 milhões e faz parte dos preparativos de Belém para sediar a COP30 — Foto: Wellyngton Coelho/Agencia**

Para a cidade de Belém terá que recorrer a improvisos para receber a conferência climática COP30, em novembro do ano que vem. Por ora, os governos municipal, estadual e federal acreditam que o evento transcorrerá sem grandes problemas e deixará para a cidade um legado importante nas áreas turística e de infraestrutura.

A indicação da capital paraense para receber a COP é fruto de um desejo pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma escolha com aspectos simbólicos e políticos. Belém fica no coração da Amazônia, vitrine ambiental do Brasil para o mundo, e o Pará é governado por Helder Barbalho (MDB), aliado do presidente e cotado para ser vice em sua chapa em 2026.

Entretanto, desde sua confirmação como sede da COP30, especialistas e políticos levantam questionamentos sobre a capacidade de receber um evento dessa magnitude. E o governo federal nega reiteradamente especulações a respeito de uma mudança ou a transferência de eventos secundários da conferência para outras capitais.

“Queria que você me indicasse cinco cidades no Brasil que tinham condições de sediar um evento deste porte sem precisar se preocupar com infraestrutura. Indico duas: São Paulo e Rio”, diz o secretário extraordinário para a COP, Valter Correia da Silva. “Nós não temos outras grandes cidades que poderiam receber [esse tipo de evento] sem se preocupar com infraestrutura. Então, obviamente que sim, tem problema de infraestrutura, que está sendo trabalhado bastante já há algum tempo.”

Lotado na Casa Civil, Correia da Silva afirma que há mais de 30 obras atualmente em curso em Belém visando a COP. Todas elas, afirma, “em pleno andamento” e “com cronograma em dia”. Ele afirma ainda que há a preocupação de entregar todas as obras no prazo e não deixar nenhum “elefante branco” - ou seja, que todos os projetos sejam funcionais para a cidade após o evento.

A expectativa é que entre 50 mil e 60 mil pessoas visitem Belém durante o evento. Com uma capacidade hoteleira estimada em cerca de 15 mil leitos, a cidade teve que se desdobrar - e improvisar - para elaborar um plano de hospedagem. Uma primeira medida, revela o secretário Correia da Silva, será adiantar a participação dos chefes de Estado e suas delegações para dois dias antes do início oficial do evento.

**Há mais de 30 obras em curso em Belém, visando a COP, e todas com o cronograma em dia, diz Valter Correia da Silva**

“Nós vamos fazer a cúpula dos chefes de Estado dois dias antes do início oficial [da COP]. Você tira bastante a pressão da cidade em relação à questão da infraestrutura”, disse o secretário. “Assim, [o número de visitantes na cidade] cai de 35 mil, quase 40 mil, no auge, para 20 mil, 25 mil. Então, você consegue administrar, fazer uma boa gestão, não só da rede hoteleira, mas de toda a infraestrutura, mobilidade urbana”, projeta.

Duas redes de hotéis de luxo internacionais, ambas de Portugal, estão construindo empreendimentos na cidade. A Vila Galé terá um hotel instalado em uma antiga área portuária da cidade, enquanto a Tivoli reformará um antigo edifício da Receita Federal, incendiado há mais de dez anos.





A gestão Barbalho também está licitando a construção de um hotel modular padrão cinco estrelas com capacidade para 500 quartos, o Vila COP. Segundo Correia da Silva, a construção será paga com recursos de Itaipu. Ainda não está definido quem administrará o hotel durante a COP. Mas, após o evento, ele será convertido em um prédio administrativo do governo do Estado.

Além disso, hotéis já existentes na cidade estão recebendo financiamento do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), ligado ao Ministério do Turismo, para fazer “retrofitagem”, com o objetivo de melhorar o padrão da rede atual. Mas, mesmo com esses empreendimentos e o “retrofit”, a cidade ainda careceria de hotéis de alto padrão. A solução encontrada foi contratar navios de cruzeiro para servir de hospedagem. Serão duas embarcações, com capacidade para 5 mil leitos.

Porém, para viabilizar essa operação, será necessário fazer uma dragagem para aumentar o canal portuário local. A obra já foi licitada e está em fase de assinatura de contrato com a vencedora do certame. A intenção das autoridades é que o legado desse “improviso” seja a colocação de Belém em uma rota de cruzeiros internacionais após a COP.

Outras saídas para a hospedagem são a reforma de escolas municipais e estaduais, a fim de receber integrantes de menor poder aquisitivo, como representantes de entidades da sociedade civil, grupos étnicos e estudantes. Somente do município, serão cerca de 90 escolas, segundo o prefeito Edmilson Rodrigues (Psol). A estimativa do governo federal é que as escolas gerem 2.500 leitos adicionais.

### ***Cerca de 90 escolas municipais e estaduais serão reformadas e vão receber leitos, segundo Edmilson Rodrigues***

O município também firmou convênio com o AirBnb e vem estimulando moradores a aderir à plataforma. A disponibilidade de leitos na plataforma aumentou em 70%, segundo o secretário de infraestrutura do Pará, Adler Silveira. Além disso, instalações militares, como os hotéis de trânsito de oficiais, poderão ser utilizadas como hospedagem para o evento. Também houve a compra de tendas climatizadas, que após a COP ficarão em poder das Forças Armadas para utilizar em situações de emergência climática, como a tragédia das chuvas do Rio Grande do Sul.

“A gente precisa ter claro que a COP vai ter públicos diferentes ao mesmo tempo na nossa cidade. Eu vou ter o chefe de Estado que vai precisar de uma habitação tipo A, mas eu vou ter o ambientalista, que vai querer ficar no hostel, por exemplo. A gente está trabalhando esses nichos sem esquecer nenhum público”, afirma Silveira.

O aeroporto de Belém também está em obras visando a COP. Segundo o secretário Correia da Silva, houve um acordo para que a concessionária, Norte da Amazônia Airports (NOA), adiantasse trabalhos já previstos no contrato de concessão de 30 anos. “Estamos antecipando um pouco as entregas para poder ter o melhor possível até outubro do ano que vem”, diz Correia da Silva.

Outra reforma, orçada em R\$ 25,8 milhões, está sendo feita na Base Aérea, por onde passarão os chefes de Estado, com entrega prevista para novembro de 2025. Os trabalhos preveem a ampliação de pátios e pistas de taxiamento, para suportar grandes aeronaves em uma quantidade maior do que a cidade consegue hoje. A capacidade de pousos diários, atualmente em 16, será quadruplicada. Também estão sendo criadas duas áreas VIPs adicionais, para se somarem à já existente no local.

A estimativa é que mais de 120 voos oficiais de chefes de Estado e governo passem pela Base Aérea de Belém durante a COP. Entretanto, o planejamento das autoridades brasileiras prevê que alguns desses aviões desembarquem seus passageiros, se reabasteçam e levem voo para outras cidades, como Macapá, onde ficariam estacionadas. Em Belém, ficariam aeronaves maiores e de países com mais exigência quanto à segurança, como a China e os Estados Unidos.

O governo federal também está em contato com as empresas aéreas para ampliar o número de voos para a capital paraense. “A malha aérea [para Belém] hoje está concentrada mais no início e no fim

do dia. Uma ideia é que tenha voos entrando e saindo o dia inteiro. Estamos discutindo com várias companhias para que ampliem essa malha e essa oferta de voos durante a COP”, diz Correia da Silva. “Sei que vai crescer bastante o turismo lá [após a COP], já tem crescido muito. Então, as próprias empresas aéreas vão ter interesse em ampliar essa malha. Talvez não seja exatamente como na COP, mas deve aumentar também significativamente”, prevê o secretário.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 04/12/2024**

## MERCADO DE CARBONO PROJETA AUMENTO NA APRESENTAÇÃO DE INVENTÁRIOS

Grandes organizações vêm voluntariamente tornando públicos seus relatórios e metas

*Por Cláudio Marques — Para o Valor, de São Paulo*



**Raissa Sare: “A exigência de relatórios [para calcular emissões] é algo que tem crescido por parte do mercado financeiro” — Foto: Nadja Nobre/Divulgação**

A combinação de fatores econômicos, como o receio de perda de competitividade e de mercados internacionais, a possibilidade de sofrer atrasos tecnológicos e a pressão de investidores, além do possível impacto de futuras regulamentações formam um cenário de percepção de risco, que deve levar ao aumento da elaboração de inventários de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Atualmente, não existe obrigação legal para esse levantamento, mas grandes organizações vêm voluntariamente tornando públicos seus relatórios e metas.

“Há uma série de riscos, inclusive reputacionais e de futuro, quando chegar a regulação, que fazem com que a empresa se mova”, afirma Guarany Osório, professor e pesquisador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV EAESP, que atuou no desenvolvimento do Programa Brasileiro de GHG Protocol (PBGHG) - responsável por fornecer os instrumentos e padrões para contabilizar as emissões.

O Relatório Anual do PBGHG - “Ciclo 2024” - contabiliza que 539 organizações publicaram 985 inventários de emissões de GEE, o que representou um aumento de 24% em relação ao ciclo anterior. E, segundo o estudo, 60% das cem maiores empresas do Brasil estão entre as que apresentaram os relatórios. As emissões são classificadas em escopo 1, que diz respeito à própria atividade da empresa, escopo 2, sobre a energia utilizada, e escopo 3, que envolve a cadeia de valor.

“A Science Based Target Initiative [SBTI], principal padrão adotado para o estabelecimento de metas, determina que, se as emissões do escopo 3 corresponderem a mais de 30% das emissões da declarante, ela é obrigada a incluí-las em suas metas”, conta Henrique Pereira, COO da WayCarbon. Isso deve produzir um efeito cascata, pressionando fornecedores a também fazer inventários e instituir metas.

No “Ciclo 2024”, 82% das empresas reportaram alguma categoria de escopo 3 em seus inventários. Essas emissões ultrapassaram a marca de mais de 1 bilhão de toneladas anuais de carbono equivalente (tCO<sub>2</sub> e). As do escopo 1 passaram de 200 mil tCO<sub>2</sub> e, enquanto as do escopo 2 atingiram 5.250 tCO<sub>2</sub> e. No entanto, a disparidade pode ser ainda maior. Entidade que administra um sistema de divulgação de dados ambientais, o CDP aponta, com base nos dados das 23 mil empresas de todo o mundo que publicaram inventários em 2023, que as emissões do escopo 3 são 26 vezes maiores do que as emissões diretas.

O fato é que calcular essas emissões é importante para as metas de descarbonização. “A exigência de relatórios é algo que tem crescido por parte do mercado financeiro”, afirma Raissa Sare, líder de



engajamento político em economias emergentes do CDP. O setor busca, segundo Cenira Nunes, gerente de meio ambiente da Gerdau, empresas com menor risco climático.

Os principais passos para a estruturação desses levantamentos são identificar as fontes de irradiação, determinar a metodologia de cálculo e fatores de emissão, coletar os dados, calcular as emissões e elaborar o relatório com os resultados. O PBGHG aponta diretrizes para estabelecer uma meta. As principais são: minimizar e gerir riscos relacionados à emissão de GEE, atingir redução de custos e estimular a inovação e preparar a instituição para regulamentações futuras.

Na Suzano, uma das líderes mundiais em papel e celulose, o desafio principal para a elaboração era a fonte da coleta de dados. “Ou seja, de onde tirar essas informações”, conta Sarita Severien, gerente de sustentabilidade e mudança climática da empresa. A solução foi obter dados consolidados já atrelados a informações financeiras. “Meu último inventário tinha 2 milhões de dados”, afirma Severien.

A Suzano tem operações industriais, florestais e uma cadeia logística complexa, que inclui caminhões, portos, navios e ativos ferroviários. Segundo Severien, a empresa ainda não calcula todas as categorias do escopo 3, mas vem “estressando esse modelo”. A meta principal é reduzir em 15%, até 2030, a intensidade das emissões de GEE e remover mais 40 milhões de toneladas de CO2 da atmosfera até 2025.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/12/2024*

## O NOVO MOMENTO DA PEC DA SEGURANÇA

Ala política ganha força e coloca em xeque agenda liberal

*Por Fernando Exman*

Cidade Ademar, Zona Sul de São Paulo, madrugada de segunda-feira (2). Agentes da Polícia Militar dão ordem de parada para dois rapazes que trafegavam em uma moto. Os dois fogem e, depois de perseguidos pelos PMs, são capturados. Um é levado à delegacia, mas o outro, subitamente, é agarrado por um dos policiais em uma ponte e arremessado em direção ao rio. Um vídeo flagrou o momento.

Complexo da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro, terça-feira (3). Os tiroteios começaram logo cedo, quando a Polícia Civil deflagrou nova fase da Operação Tornoqueto. Os bandidos reagiram, atearam fogo a barricadas na tentativa de impedir a ação para prender traficantes do Comando Vermelho, ladrões de carga e de veículos. Eram também procurados criminosos foragidos do Pará e do Ceará. Ônibus deixaram de circular. Escolas e postos de saúde não abriram. Guarulhos, Grande São Paulo, 12 de novembro. Um empresário, delator do PCC ao Ministério Público, desembarca de Maceió no aeroporto internacional de Guarulhos ao lado da namorada e é surpreendido quando pisa do lado de fora do terminal. Executado a tiros de fuzil em plena tarde, ele havia contratado policiais como seguranças, mas estes não estavam no local. Tudo filmado.

Perturbadoras e inaceitáveis, essas cenas recolocam no topo do noticiário a crise na área de segurança pública que assola o país. E demonstram, mais uma vez, que algo precisa ser feito.

Contudo, desde o dia 31 de outubro, quando o governo apresentou a PEC da Segurança a governadores e aos outros Poderes, a proposta de emenda dormita na Casa Civil.

O texto da PEC é sustentado por um tripé: incluir na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); atualizar as competências da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF); e constitucionalizar o Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária. Em outras palavras, assegurar instrumentos para o governo federal estabelecer diretrizes para a área, depois de ouvidos as outras esferas da federação, como a necessidade de uso de câmeras corporais.



A ideia é prever na Constituição algumas atribuições da PF, como o combate a ilícitos ambientais e ao crime organizado. E aumentar a da Polícia Rodoviária Federal, transformando-a em Polícia Ostensiva Federal para atuar também em outros modais de transporte, como portos, ferrovias e hidrovias.

No Palácio do Planalto, ainda existe quem diga que a PEC traria para o colo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva um tema impopular. Os defensores da proposta, por outro lado, rebatem: a iniciativa, na verdade, dá ao governo o argumento de que se chegou à atual situação justamente porque o Executivo federal nunca teve os instrumentos necessários para combater o crime organizado. Ou seja, só deveria ser cobrado a partir da sua promulgação.

É de se notar, também, que governadores que faltaram à reunião convocada pelo presidente Lula têm sido criticados nos bastidores por aliados. No caso do Paraná, inclusive, é lembrado o fato de o Estado possuir uma fronteira sensível e, portanto, deveria querer ajuda federal.

Em outra frente, autoridades notam uma mudança na postura de governadores que criticaram a PEC. Isso ocorre depois que alguns aprimoramentos do texto foram colocados sobre a mesa.

Um deles é explicitar as competências das instituições envolvidas no processo de integração. Outra medida cogitada é assegurar na PEC que o compartilhamento de dados e informações não exigirá a troca de dados sigilosos nem “peculiaridades” de investigações em andamento.

Fala-se em detalhar as competências das polícias judiciárias, para que fique afastado qualquer risco de ingerência do governo federal nos Estados, e ainda determinar que a Polícia Ostensiva Federal não terá prerrogativas para realizar investigações. Isso caberia apenas à PF e às polícias civis estaduais.

Tudo isso tem sido tratado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, com os Estados. Ele se reuniu recentemente com os governadores do Sul e Sudeste, em reunião no Espírito Santo, e depois com os do Centro-Oeste e Norte. Esta segunda agenda foi em Goiás, Estado comandado por Ronaldo Caiado (União), autor das maiores críticas ao texto apresentado em outubro. Participantes do encontro relatam que o ambiente foi muito menos tenso.

Lewandowski também decidiu intensificar o contato com os parlamentares. Nessa terça-feira (3), foi ao Senado e à Câmara tratar do assunto.

Comenta-se em Brasília, aqui e acolá, que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), poderia ser nomeado para o Ministério da Justiça e Segurança Pública após deixar o comando da Casa, em fevereiro. Mas é de se pensar se ele não poderia preferir um posto com menos problemas e mais instrumentos para reforçar seu capital político em Minas Gerais. Além disso, esse intenso roteiro de Lewandowski demonstra que o ministro não está disposto a deixar a pasta. Coloca a aprovação da PEC como meta pessoal, antes de avaliar qualquer possibilidade de saída de um governo para o qual foi chamado para cumprir uma missão apresentada por um amigo, apesar da oposição da família.

A recalcitrância do Planalto em enviar a proposta ao Congresso pode acabar abrindo espaço para que alguém da base aliada apresente texto semelhante, tirando do governo uma bandeira que pode fazer falta nas eleições de 2026. Algo parecido se viu em relação ao pacote de ajuste fiscal.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/12/2024*

## **ANÁLISE: VALE DÁ MAIS UM PASSO NAS MUDANÇAS EXECUTIVAS, MAS DESAFIOS SEGUEM NA MESA**

De uma só tacada, a Vale não só confirmou o executivo para comandar o principal negócio da empresa, como também deu mais um passo na reformulação da área

*Por Francisco Góes\*, Valor — Nova York*





**Produção de finos de minério de ferro, o principal produto da Vale, será de 328 milhões de toneladas em 2024 — Foto: Leo Pinheiro/Valor**

um executivo com longa carreira na Vale, vinha ocupando interinamente a posição de vice-presidente de soluções de minério de ferro.

De uma só tacada, a Vale não só confirmou o executivo para comandar o principal negócio da empresa, como também deu mais um passo na reformulação da área. Nogueira é uma indicação direta de Gustavo Pimenta, que tem como uma das principais bandeiras de gestão estar mais perto dos clientes.

A mineradora também informou novas metas de produção para os próximos anos. Pela atualização das projeções, a produção de finos de minério de ferro, o principal produto, será de 328 milhões de toneladas em 2024, número que passa para um intervalo entre 325 milhões e 335 milhões de toneladas em 2025. Para 2026, a Vale projeta um volume entre 340 milhões e 360 milhões de toneladas de minério de ferro.

Também houve atualizações para os metais. No cobre, a meta é produzir entre 340 mil e 370 mil toneladas em 2025 e no níquel entre 160 mil e 175 mil toneladas no ano que vem.

A mudança feita no negócio de minério de ferro será importante diante da prevista desaceleração da China, o principal comprador de matérias primas globais e maior cliente da Vale. Se a China crescer menos, haverá demanda menor e mais competição na venda de produtos.

“Há [na Vale] um reposicionamento comercial em termos de ofertar o que o cliente está pedindo”, diz uma pessoa com conhecimento da companhia. Nogueira é efetivado para fazer esse trabalho comercial no minério de ferro.

Embora a Vale venha tendo ganhos operacionais, a empresa ainda tem dificuldades para aumentar a produção e maiores volumes são importantes para reduzir custos, uma das obsessões da mineradora.

O mercado olha sempre para o chamado custo caixa C1, que considera os gastos para produzir o minério e levá-lo até o porto, e a empresa tem mostrado compromissos constantes nesse tema.

A preocupação com o custo é relevante diante das perspectivas não muito encorajadoras para os preços do minério de ferro em 2025. Existe, porém, uma avaliação no mercado de que a Vale consegue ser lucrativa mesmo com a commodity em cotações inferiores a US\$ 80 por tonelada. Para o ano que vem, há projeções que situam os preços entre US\$ 90 e US\$ 95 por tonelada.

A indicação de Nogueira se situa dentro de mudanças mais amplas que vêm sendo feitas pela empresa. Essa reorganização corporativa, que ainda deve ter novos capítulos, será importante para que a Vale faça frente a desafios que ainda estão sobre a mesa e em um cenário marcado por pressões crescentes do governo sobre a empresa.

Recentemente, a mineradora havia anunciado Marcelo Bacci, ex-Suzano, para a vice-presidência de finanças. Bacci faz a sua apresentação ao mercado, nesta terça-feira (3), no Vale Day, encontro com analistas e investidores em Nova York.



A avaliação de especialistas é que Pimenta está formando um “bom” comitê executivo, integrado pelos vice-presidentes que “tocam” o dia a dia junto com o CEO.

Esse time trabalha a partir de diretrizes dadas pelo conselho de administração que, apesar de contar com conselheiros independentes, tem formado maioria em temas de interesse do governo federal e dos Estados onde a empresa opera – Pará, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

O governo pressionou e a empresa aceitou reabrir, ainda na gestão de Eduardo Bartolomeo, ex-CEO da Vale, as negociações para a renovação de ferrovias operadas pela companhia. O tema pode ter um desfecho a curto prazo e vai injetar mais dinheiro da Vale nos cofres da União.

A mineradora, por sua vez, tem interesse na edição de um decreto pelo governo sobre como tratar “cavidades” (cavernas) em áreas de mineração. Essa é uma agenda que se vincula ao licenciamento ambiental e que vem preocupando a Vale há anos, pois a empresa não tem conseguido licenciar novas áreas, sobretudo depois da tragédia de Brumadinho, em 2019.

Diante das dificuldades do licenciamento, surgiram informações de bastidores de que a Vale estaria analisando, ainda em fase preliminar, a eventual compra de participação acionária na Bahia Mineração (Bamin), projeto que conta com a simpatia de integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O projeto ainda não foi submetido à análise do conselho de administração da Vale.

A Bamin exige investimentos bilionários para desenvolver reservas e criar infraestrutura nova (ferrovia e porto), e o minério da empresa tem teor de ferro mais baixo que o de Carajás, província mineral do qual a Vale é concessionária. Faria muito mais sentido, dizem fontes, apostar em novos desenvolvimentos em Carajás, mas para tanto a empresa precisa obter licenciamentos ambientais.

No mercado, há receio sobre decisões de investimento que, eventualmente, venham a destruir valor da Vale, como já aconteceu no passado. Em 2024, a ação da empresa tem tido dificuldades de avançar.

No fechamento do mercado nesta segunda-feira (2), o valor de mercado da Vale era de US\$ 44 bilhões ante US\$ 101,1 bilhões da Rio Tinto e US\$ 134 bilhões da BHP Billiton, segundo levantamento do Valor Data.

No acumulado do ano até segunda (2), a ação da mineradora brasileira também tinha pior desempenho do que as concorrentes. Enquanto a ação da Vale caía 34,38% em dólares, a ação da Rio Tinto recuava 8,92% e da BHP, 18,43%.

No Vale Day, Pimenta e outros vice-presidentes devem tentar tranquilizar os investidores depois que gestores e fundos ficaram aflitos pelos sinais de tentativa de intervenção do governo na empresa. Lula tentou fazer o ex-ministro Guido Mantega presidente da Vale e costuma criticar a mineradora sempre que tem oportunidade.

O Valor apurou que haverá um encontro entre o presidente Lula e o CEO da Vale ainda em data a ser definida. Vai ser a primeira agenda privada entre os dois desde que Pimenta assumiu o cargo.

Um dos trunfos que Pimenta leva para o Vale Day é a assinatura do acordo definitivo de Mariana, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e no qual a mineradora, a sócia BHP Billiton e a Samarco se comprometeram a aportar R\$ 170 bilhões em 20 anos, a maior parte nos primeiros anos.

O repórter viajou a convite da Vale

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 04/12/2024**

### JUREMA MONTEIRO DEIXA PRESIDÊNCIA DA ABEAR E JULIANO NOMAN, EX-ANAC, ASSUME EM DEZEMBRO

Noman foi diretor-presidente da Anac e secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos

*Por Cristian Favaro, Valor — São Paulo*



*Juliano Noman — Foto: Karina Carvalho/Anac*

O conselho deliberativo da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) comunicou, nesta terça-feira (03), a renúncia de Jurema Monteiro do cargo de presidente executiva da associação. A saída, segundo comunicado, ocorreu por motivos pessoais. “Esta decisão foi fruto de um processo de reflexão compartilhada e que considera um novo momento da entidade, do setor e da profissional”, diz a Abear, em nota.

Para a posição de presidente executivo da Abear, assumirá Juliano Noman. Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, foi diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos.

“O processo de transição ocorrerá durante o mês de dezembro, assegurando a continuidade das atividades da associação e o fortalecimento das iniciativas do setor”, acrescenta a nota, assinada por Celso Guimarães Ferrer Junior, presidente da Gol e presidente do conselho deliberativo da Abear.

“Em nome de toda a equipe da Abear, o conselho agradece a Jurema por sua contribuição e pelos nove anos de dedicação e compromisso. Deseja sucesso em seus novos desafios e que siga sendo uma referência em sua área de atuação”, acrescenta a nota. Monteiro havia assumido a presidência em maio do ano passado.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/12/2024*

### VALE ACREDITA EM DEMANDA INTERNACIONAL ESTÁVEL PARA MINÉRIO DE FERRO

“A oferta de minério de ferro vai exigir um preço acima de US\$ 90 por tonelada para atender à demanda”, diz o vice-presidente comercial, Rogério Nogueira

*Por Francisco Góes, Rafael Rosas e Kariny Leal, Valor — Nova York e Rio*



*Rogério Nogueira: “O mercado transocênico de minério de ferro será da ordem de 1,5 bilhão de toneladas em 2024” — Foto: Arquivo/Vale*

O vice-presidente executivo comercial e de novos negócios da Vale, Rogério Nogueira, disse, nesta terça-feira (3), que a companhia acredita em uma demanda internacional estável para o minério de ferro. Nogueira, que foi anunciado pela companhia na manhã desta terça-feira (3), com mandato a partir de 1º de dezembro, é um

dos participantes de apresentação da mineradora para investidores e analistas, o Vale Day, em Nova York.

“A oferta de minério de ferro vai exigir um preço acima de US\$ 90 por tonelada para atender à demanda”, disse o vice-presidente comercial. “O mercado transocênico de minério de ferro será da ordem de 1,5 bilhão de toneladas em 2024.”



Nogueira afirmou que a companhia, por produzir minério de ferro de alta qualidade, pode perder espaço quando a indústria quer pagar preços mais baixos. Por isso, o objetivo é que a mineradora seja mais flexível: “Podemos fazer 'blend' [mistura] de produtos para atender as siderúrgicas específicas.”

“Vimos trabalhando na implementação de 'mega hubs', que são complexos industriais. Temos acordos assinados para estudos de 'mega hubs' em cinco países”, afirmou Nogueira.

### **10 milhões de toneladas de minério**

O vice-presidente executivo de operações da Vale, Carlos Medeiros, ressaltou que a empresa vai produzir, este ano, cerca de 10 milhões de toneladas de minério de ferro a partir de novos modelos de negócios. Medeiros também afirmou, no evento, que o potencial é que esse tipo de produção supere as 30 milhões de toneladas em 2030.

Aos investidores, ele citou como exemplos a produção de “pellet feed” — insumo para produção de pelotas — de alta qualidade pelo reprocessamento de mais de 37 anos de rejeitos em Serra Norte; o processamento de estéril com alto teor de ferro; e coprodutos a partir de resíduos, como fábrica de blocos, areia e cimento sustentável.

### **Custo de minério de ferro inferior a US\$ 20 por tonelada**

O vice-presidente executivo interino de finanças da Vale, Murillo Muller, destacou que os custos aumentaram em toda a indústria de minério de ferro nos últimos anos. Segundo ele, a empresa, mesmo neste cenário, está confiante de que em 2026 terá um custo de minério de ferro inferior a US\$ 20 por tonelada.

Para este ano, reiterou que o custo caixa C1 – da mina ao porto – para o minério de ferro da empresa será de US\$ 22 por tonelada. A meta da empresa é que o C1 fique entre US\$ 18 e US\$ 19,5 por tonelada até 2030.

Muller também citou as expectativas de investimento da empresa. Segundo ele, a empresa persegue uma meta de investimentos de US\$ 6,5 bilhões por ano nos próximos anos. Em 2024, a estimativa é de que esse patamar fique em US\$ 6,1 bilhões.

### **Concessões de ferrovias**

Pimenta afirmou que as discussões sobre a renovação de concessões de ferrovias com o governo federal estão avançadas. Segundo o executivo, a empresa está otimista para concluir as negociações no curto prazo, o que pode significar chegar a um acordo no começo do ano que vem.

Pimenta também se mostrou otimista quanto à regulação da mineração em áreas de cavernas, uma das questões ambientais que envolvem o licenciamento de minas no país. O executivo afirmou que a modernização dessa legislação interessa não só à Vale, mas a todo o setor de mineração.

### **“Estou como CFO da Vale há 24 horas, é um desafio”**

O vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores, Marcelo Bacci, disse que a companhia pretende se manter no primeiro quartil da curva de custos para se proteger ao longo dos ciclos. Bacci, que assumiu o cargo segunda-feira (2), diz que a indústria em que a Vale atua é cíclica. “Estou como CFO da Vale há 24 horas, é um desafio.”

Segundo o vice-presidente de finanças, a Vale está descontenta em múltiplos e em comparação com pares, examinando capacidade de geração de caixa. “É incompatível com o ‘valuation’ que temos hoje. Queremos aumentar a competitividade da empresa”, diz Bacci.

“Equipe trabalha para reconstruir a reputação da companhia em termos de ESG [ambiente, social e governança, na sigla em inglês].” \* O repórter viajou a convite da Vale

Fonte: *Valor Econômico* - SP

Data: 04/12/2024



## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### FIRJAN DESTACA POTENCIAL DO RJ PARA PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES

Da Redação *Portos e logística* 04/12/2024 - 17:38



A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) apresentou dados promissores sobre o papel do estado do Rio no setor de fertilizantes, com destaque para o investimento em duas novas plantas de fertilizantes nitrogenados, que devem atrair mais de R\$ 20 bilhões. O estado, que atualmente contribui pouco para a produção nacional, busca se tornar um polo relevante na área, com projetos em Macaé e no Porto do Açu, além da criação de um Centro de Excelência em Fertilizantes no Parque Tecnológico da UFRJ.

Com mais de 58% da oferta nacional de gás natural, principal insumo para fertilizantes nitrogenados, o Rio de Janeiro reúne condições para liderar o setor. A instalação das fábricas poderá gerar mais de 10 mil empregos durante a construção e 1.300 na operação. A unidade de ureia em Macaé terá capacidade de produzir 1,3 milhão de toneladas anuais, atendendo a 10% da demanda nacional, enquanto uma planta de metanol suprirá metade do consumo brasileiro, utilizando gás natural como matéria-prima.

A publicação “Petroquímica e Fertilizantes no Rio de Janeiro 2024” da Firjan, que será lançada nesta quinta-feira (5), destaca também o impacto positivo de iniciativas recentes, como o Plano de Negócios 2025-2029 da Petrobras, que prevê US\$ 900 milhões em investimentos no segmento, e parcerias estratégicas com empresas como a Yara Brasil. O Brasil, maior importador de fertilizantes do mundo, gastou US\$ 25 bilhões em 2022 e US\$ 15 bilhões em 2023 com importações, evidenciando a necessidade de ampliar a produção local.

Além do foco em fertilizantes, o Rio de Janeiro se destaca na petroquímica, liderando a produção nacional de polipropileno e ampliando sua participação em polietileno. Apesar das tarifas de importação elevadas que impactam a competitividade, o estado é protagonista no mercado de polímeros e na indústria de plásticos. Segundo a Abiplast, o setor de transformados de plástico gerou mais de 363 mil empregos em 2023, consolidando sua relevância na economia nacional.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 04/12/2024

#### SANTOS BRASIL INVESTE R\$ 55 MILHÕES EM TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



A Santos Brasil investirá R\$ 55 milhões em tecnologia entre 2023 e 2025, destacando-se pelo uso de inovações como Digital Twin, IoT (Internet das Coisas), Machine Learning, realidade aumentada, drones e modelos 3D. O objetivo é aumentar a segurança de cargas e pessoas, agilizar processos, reduzir impactos ambientais e melhorar a eficiência no atendimento aos clientes. Desse montante, R\$ 36 milhões são destinados a tecnologias digitais, operacionais e de dados, enquanto R\$ 19 milhões são voltados à infraestrutura de suporte, incluindo um

datacenter de hiperescala com conexões de alta velocidade e SD-WAN para maior flexibilidade, escalabilidade e gestão de fluxo de dados.

No Clia Santos, a empresa implementou um sistema de armazém 3D que permite monitorar em tempo real a ocupação e movimentação dos espaços. A ferramenta traz benefícios como otimização

do espaço, gerenciamento estratégico de inventários, identificação de riscos e conformidade regulatória, e será expandida para outras unidades com armazéns alfandegados. Além disso, a IoT é aplicada para monitorar contêineres refrigerados, com dispositivos que transmitem dados remotamente e otimizam o empilhamento, aumentando a capacidade do pátio. A tecnologia também é usada em hidrômetros para detectar vazamentos no Tecon Santos e em sensores de fadiga para a frota de caminhões.

A proteção patrimonial dos centros logísticos em Santos e Guarujá conta com drones para monitoramento ágil e seguro, mesmo em áreas de difícil acesso. No Tecon Santos, o Digital Twin permite simulações virtuais e análises preditivas para planejamento e otimização das operações, modelo que também foi implementado no Tecon Vila do Conde. A inteligência artificial com Machine Learning aprimora a previsão de entrada de caminhões, possibilitando planejamento eficiente em curtíssimo prazo. Já a realidade aumentada, em fase experimental, é aplicada ao inventário de contêineres por meio de óculos e tablets que sobrepõem elementos virtuais às imagens reais, utilizando OCR para identificação precisa.

Segundo Ricardo Miranda, diretor de tecnologia da Santos Brasil, a busca constante por soluções tecnológicas visa reduzir custos, tempo e impactos ambientais, ao mesmo tempo em que agrega valor aos serviços oferecidos, consolidando a empresa como referência em inovação na logística portuária.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 04/12/2024

## ECOPORTO SANTOS FIRMA CONTRATO DE TRANSIÇÃO COM APS

*Por Danilo Oliveira Portos e Logística 04/12/2024 - 16:29*



*Termo celebrado esta semana tem prazo de 180 dias e pode ser renovado por igual período*

A Ecoporto e a Autoridade Portuária de Santos (APS) firmaram, na última segunda-feira (2), contrato de transição para a manutenção das operações portuárias e de armazenagem de carga realizadas pelo terminal no complexo portuário. O termo assegura a continuidade das operações e vigora por 180 dias. Após este prazo, sem que a licitação para o arrendamento da área seja concluída, mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a APS está autorizada a celebrar novo contrato, também pelo prazo de 180 dias.

A controladora informou que a celebração do contrato de transição não interfere nos direitos e obrigações do Ecoporto, que se mantêm inalterados para a exploração da instalação portuária, localizada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos. “A EcoRodovias ratifica seu compromisso com as suas obrigações, como companhia aberta listada no Novo Mercado da B3, sendo que toda e qualquer informação relevante será divulgada em conformidade com a legislação pertinente e em vigor”, ressaltou a empresa em fato relevante.

Na semana passada, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) havia autorizada a celebração de contrato de transição entre a autoridade portuária e a Ecoporto Santos para a exploração da área de 136.444 m<sup>2</sup>, na região do Valongo, na área do porto organizado para a movimentação de carga geral, containerizada ou não, a partir do término da vigência do contrato de arrendamento.

O prazo de 180 dias está previsto na resolução normativa 7/2016 da Antaq. Em seu despacho, o diretor-geral da agência, Eduardo Nery, pontuou que, expirado o prazo contratual, sem que a licitação para o arrendamento da área seja ultimada, desde que mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a autoridade portuária ficará autorizada a firmar novos instrumentos contratuais, nos mesmos moldes, devendo encaminhá-los à Antaq em até 30 dias após a sua assinatura.

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 04/12/2024

## **BRAVANTE RECEBE NOVA AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DE GRANÉIS LÍQUIDOS EM TUP**

*Pot Danilo Oliveira Portos e logística 03/12/2024 - 22:40*



*Diretoria da Antaq aprovou pleito da empresa que permite operação ou armazenagem em seu terminal em São Gonçalo (RJ), pelo prazo de 180 dias*

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou o pedido do grupo Bravante, em caráter especial e de emergência, para movimentar e/ou armazenar granéis líquidos em seu TUP 'Brasbunker São Gonçalo', localizado no município de São Gonçalo (RJ). A nova autorização, concedida em caráter ad referendum pela agência reguladora e publicada na última segunda-feira (2), tem prazo máximo de 180 dias. O contrato de adesão da empresa foi firmado em 2020 com o então Ministério da Infraestrutura, atual Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Na decisão, a diretoria da Antaq ressaltou que a autorização não desonera a empresa a atender às exigências junto à Receita Federal, assim como aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, além das competências afetas à Marinha do Brasil, ao poder público municipal, à autoridade aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao órgão de meio ambiente.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, determinou em seu despacho que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) da agência reguladora realize o acompanhamento dos desdobramentos da decisão e notifique a empresa da decisão. A 577ª reunião ordinária da diretoria colegiada da Antaq ocorreu entre os dias 25 e 27 de novembro, na modalidade virtual. O processo teve a relatoria do diretor Caio Farias.

Em seu voto, Farias levou em conta a necessidade de manutenção da operação do terminal que contribui para o desenvolvimento econômico da região, sobretudo o apoio logístico às embarcações próprias e de terceiros na Baía de Guanabara, visando a transferência de óleo diesel marítimo. O diretor também considerou que a impossibilidade de início da operação, já autorizada na esfera do contrato, foi unicamente motivada pela não conclusão do processo de regularização junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), evento que a empresa não deu causa.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 03/12/2024

## **PETROBRAS LANÇA EDITAL PARA AFRETAMENTO DE MPSV**

*Por Danilo Oliveira Offshore 03/12/2024 - 20:34*



*Licitação, que também busca prestação de serviços técnicos especializados, vai negociar prioritariamente embarcação multipropósito de bandeira brasileira ou inscrita no REB. Operação está prevista para julho de 2026*

A Petrobras anunciou, na última segunda-feira (2), a licitação para afretamento de embarcações MPSV (multipropósito) com prestação de serviços técnicos especializados. A abertura das propostas está prevista para o próximo dia 27 de dezembro. De acordo com a comissão de licitação, o certame será realizado em modo aberto de disputa com menor preço como critério de julgamento. A previsão é que a embarcação seja demandada para



julho de 2026 ou em 450 dias de mobilização, contados da assinatura do contrato. O edital estabelece que primeiro serão negociadas todas as propostas das embarcações que arvoram bandeira nacional ou inscritas no Registro Especial Brasileiro (REB).

Caso o quantitativo desejado não seja atendido, as propostas das estrangeiras serão consideradas visando atendimento ao quantitativo remanescente. As propostas apresentadas serão julgadas de acordo com os critérios de prioridade relativos à bandeira da embarcação. Segundo o edital, a contratação contemplará a possibilidade de apresentação de propostas de embarcações brasileiras, com construção nacional ou inscrita no REB, conforme a Lei 9.432/1997, e embarcações estrangeiras com apresentação de CAA (Certificado de Autorização de Afretamento) em lotes distintos, com recebimentos das propostas no mesmo dia e abertura em momentos distintos.

O procedimento licitatório irá gerar dois contratos, de execução simultânea e solidários entre si, que podem ou não serem celebrados com a mesma empresa, sendo um contrato de afretamento e outro de prestação de serviços técnicos especializados. O edital prevê que o menor preço será calculado pelo valor total de comparação (VTC), levando em consideração taxa diária global, os fatores de consumo ponderados de combustível e nota do Peotram (Programa de Excelência Operacional no Transporte Aéreo e Marítimo) – do último ciclo divulgado até o recebimento dos lances. A comissão vai informar o preço de referência do combustível a ser utilizado no cálculo do VTC neste processo.

O MPSV (Multi-Purpose Support Vessel) é concebido como um navio multi-função, conforme nomenclatura da Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima e da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo. O Syndarma/Abeam considera que estas embarcações são utilizados no suporte a operações complexas de uso geral, capazes de oferecer diversidade de serviços, como por exemplo, suporte de construção, instalação e manutenção de campos de petróleo, inspeção e reparos de dutos subaquáticos, além de outras operações sofisticadas realizadas em águas profundas.

O relatório mais recente do Syndarma/Abeam contabilizou 22 MPSVs na frota em águas jurisdicionais brasileiras em setembro, o que corresponde a 5% do total de 444 embarcações contabilizadas no período. A publicação verificou 12 unidades de bandeira brasileira e outras 10 de bandeiras estrangeiras, distribuídas entre, 12 empresas de navegação.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 03/12/2024*

## ARTIGO - AS (LEGÍTIMAS) DORES DA INDÚSTRIA

*Por Robert Grantham Opinião 03/12/2024 - 19:13*

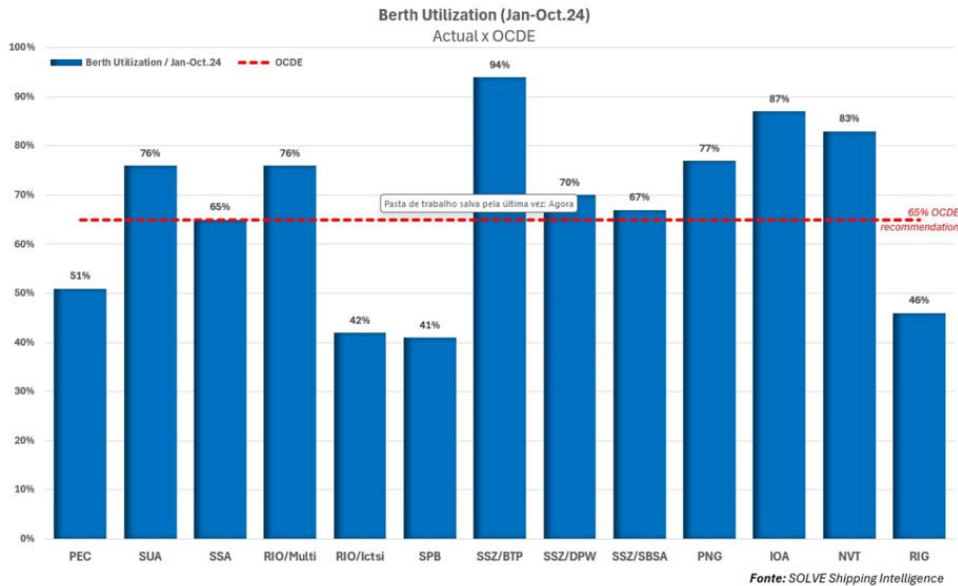


A medida em que a indústria catarinense somava mais e mais dificuldades para executar seus programas de exportação e importação, a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), através de sua Câmara de Logística e Transporte, convocou uma reunião emergencial no último dia 19 de novembro, convidando representantes da indústria, portos, terminais, autoridades intervenientes, armadores e consultores numa iniciativa para ouvir todas as partes e assim entender quais os entraves que estão impactando o desempenho do transporte marítimo na região sul do país (no Brasil e no mundo), buscando saídas para melhorar o fluxo de cargas, principalmente em containers.

Até setembro desse ano os terminais catarinenses movimentaram 1,86 milhão de TEU, que representa 18,54% do total movimentado no Brasil no mesmo período, segundo dados da ANTAQ, compilados pela Solve. Foram considerados Itapoá, Portonave e Imbituba. Ainda não havia dados registrados de Itajaí. Mesmo assim esses números corroboram a importância do sistema portuário catarinense e, portanto, a legítima preocupação com a fluidez da carga.



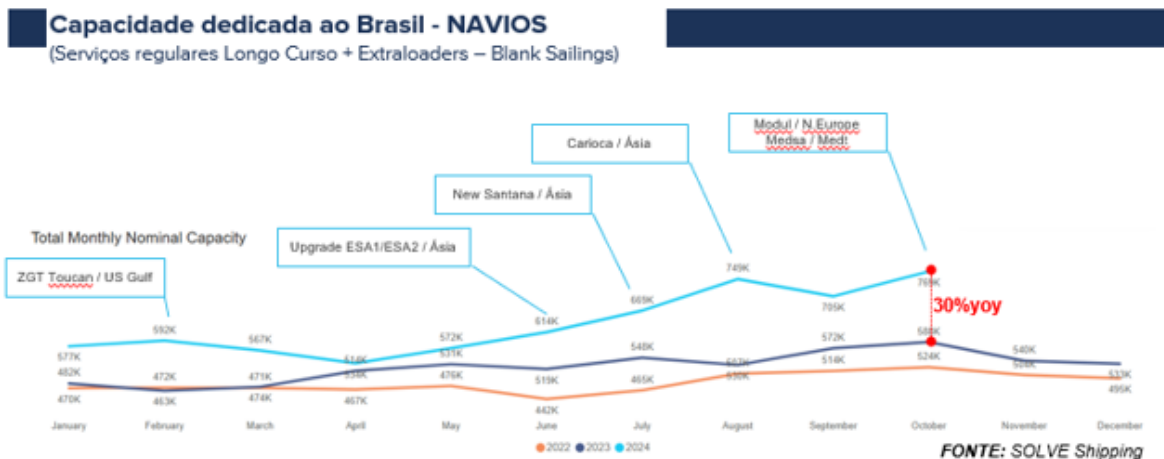
O Estado oferece em seus quatro terminais de containers um total 6 berços de atracação (considerando as obras de modernização da Portonave que fazem com que esse terminal opere temporariamente com apenas um berço) e, portanto, diante do expressivo crescimento do volume movimentado e escalas de navios na região, constatasse aqui um importante gargalo, evidenciado no gráfico seguinte, pelo alto índice de ocupação dos berços de atracação:



Observamos que Itapoá está com essa ocupação em 87% enquanto a Portonave tem 83%, ambos bem acima do nível de conforto operacional recomendado pela OCDE de 65%.

Segundo dados da ANTAQ, a movimentação de contêineres esse ano no Brasil, comparado a 2023 aumentou de janeiro a setembro, na exportação 14,3% e na importação atingiu 19%.

Por conta dessa demanda, os armadores vêm ampliando sua oferta de navios e serviços, com novas linhas e navios maiores, chegando a 30% de aumento de capacidade, com relação a 2023.

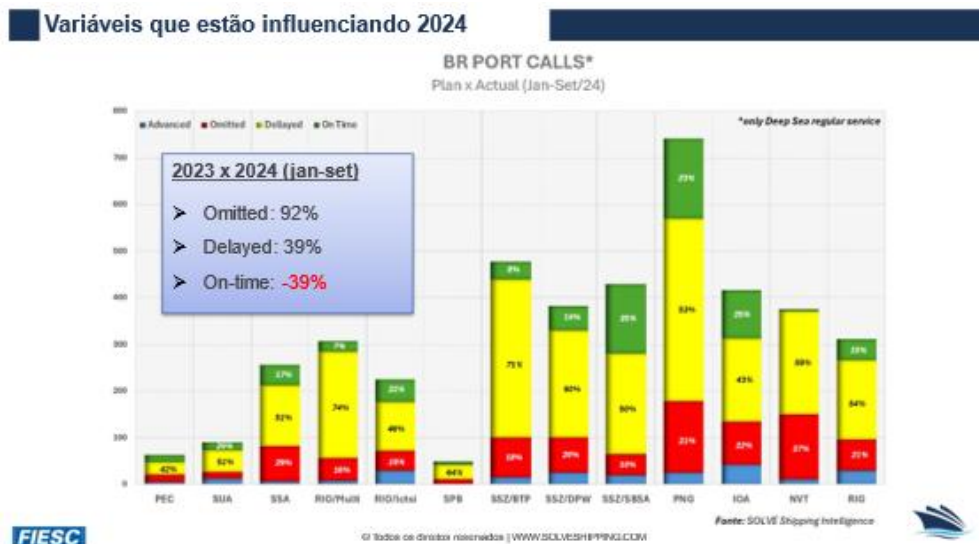


Ainda assim esse aumento da oferta de capacidade nos navios acima da demanda por transporte não tem sido percebida pela indústria a medida que os problemas se avolumam. Como relatou na reunião da FIESC o Sr. Luiz Fernando Castro da Cruz, Diretor de Logística de BMW: “Em 2024, apenas 10% das cargas de importação chegaram como o programado. Temos um contêiner com 90 dias de atraso”. Já o Sr. Alexandre Bartsch, Gerente de Logística da WEG disse: “A WEG exporta 800 contêineres por mês por portos de SC. Das nossas cargas, 54% sofreram atrasos, 10% omissão do navio”.

Por sua vez, a sra. Camila Bramorski Ristow, Gerente Sênior de Logística para AL da Nidec (ex-Embraco) explica: “Já incorporamos no nosso processo 15 dias em média de atraso nas importações. 2024 tem sido um pesadelo. Precisamos investir em estoques de segurança para não alterar a produção. A infraestrutura atual não é condizente com a economia de SC. Precisamos aumentar a nossa sinergia e nos comunicar melhor”. Nessas palavras parece residir a chave para encaminhar a solução: infraestrutura, sinergia e diálogo.

Não se resolvem esses problemas apontando dedos e buscando culpados. Os dados que apresentamos mostram que há uma combinação de fatores internos e externos a impactar o bom desempenho da logística portuária.

Os terminais, tanto Portonave como Itapoá destacaram que uma grande dificuldade para um bom planejamento operacional está na imprevisibilidade das escalas, com alterações de rota, cancelamento de escalas e troca de portos em cima da hora, em boa parte por conta da desorganização da logística global, como problemas geopolíticos no mar Vermelho, greves nos EUA e congestionamentos em Cingapura, que resultam nesse expressivo número de atrasos e omissões:



Representando os armadores na reunião, a Evergreen reconheceu que muitos dos problemas com cobrança de “demurrage” e “detention” tem sido causados por essas dificuldades, fora de seu controle, em manter as programações dos navios.

Há também boas e más notícias de parte dos órgãos intervenientes.

A Sra. Juliana Simas de Macedo, da Receita Federal informou que hoje, no Brasil, 98% das cargas de importação em contêineres caem no canal verde de parametrização e que ainda há espaço para melhorias, com o aumento do números de empresas no programa OEA (Operador Econômico Autorizado).

A Sra. Elisa da Silva Braga Boccia, da ANVISA diz que o órgão está utilizando inteligência artificial para ajudar na fiscalização, para ter emissão mais célere de documentos, dentro do programa Porto sem Papel, porém, seu efetivo tem se reduzido devido a aposentadorias e esses postos de trabalho não estão sendo preenchidos, e pior, há perda de conhecimento e experiência.

A participação da ANTAQ, na pessoa do Sr. Lucas Sampaio Ataliba foi relevante ao mostrar a proatividade da agência na fiscalização e acolhimento de denúncias, bem como na permanente atualização das normas.

As “dores” estão postas, as causas dos problemas identificados e as soluções de curto prazo somente podem ser obtidas com planejamento, parceria e transparência entre todos os stakeholders, já que as soluções definitivas passam essencialmente pela expansão da capacidade portuária no



Brasil que, por sua vez, exigem investimentos expressivos em aumento de capacidade de berços, retroárea, dragagem e muita melhoria nos acessos rodoviários, que certamente não ocorrerão no curto prazo (menos de cinco anos).

Portanto é bem-vindo e necessário que entidades como a FIESC e outras sigam aglutinando os usuários, chamando o poder público e fomentando o diálogo sobre os reais focos desses problemas.

**Robert Grantham é sócio da Solve Shipping Intelligence**

*Specialistsrobert-grantham.jpg*

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2024

### DETROIT LANÇA REBOCADOR 'C-FALCÃO' DA CAMORIM

Da Redação Indústria naval 03/12/2024 - 19:22



A Camorim anunciou a expansão de sua frota com o lançamento do rebocador azimuthal C-Falcão, avaliado em mais de R\$ 200 milhões, segunda embarcação de uma série de cinco construídas pelo estaleiro Detroit, em Itajaí, Santa Catarina. O C-Falcão foi batizado em uma cerimônia, realizada na última sexta-feira (29), e segue a tradição de nomenclaturas baseadas em aves imponentes, simbolizando força e evolução.

Com características como 24,35 metros de comprimento, 11 metros de boca, tração estática de 70 toneladas e potência de 2x2000 kW, o rebocador reflete a modernização da frota. A entrega das embarcações segue um cronograma que se estende até maio de 2025, com o C-Fênix já entregue em setembro de 2024 e o próximo da série, C-Albatroz, previsto para janeiro de 2025.

A frota da Camorim encerrará 2024 com mais de 140 embarcações em operação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2024

### PORTOS BRASILEIROS ENFRENTAM DEFASAGEM E PERDAS BILIONÁRIAS NO COMÉRCIO EXTERIOR

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 03/12/2024 - 21:40



Advogado aponta falhas estruturais e necessidade de soluções urgentes para modernizar a infraestrutura portuária e recuperar competitividade global

Os portos brasileiros estão em um estado de defasagem que compromete seriamente sua competitividade no comércio global. Problemas como a falta de profundidade nos canais de acesso, berços inadequados para grandes embarcações e a ausência de dragagens contínuas têm causado prejuízos significativos. Segundo Larry Carvalho, advogado especialista em logística, direito marítimo e agronegócios, esses entraves resultam em atrasos operacionais, aumento de custos e na perda de bilhões de dólares anualmente.

“A situação dos portos brasileiros é alarmante. Estamos falando de mais de US\$ 21 bilhões de perdas anuais em receitas de importação e exportação apenas no Porto de Santos. Isso impacta diretamente a balança comercial e reduz drasticamente a nossa competitividade no cenário global”, destacou Carvalho.

Essas limitações estruturais dificultam o atendimento às demandas de um mercado cada vez mais dependente de embarcações maiores e mais modernas. Enquanto portos internacionais já operam navios de até 24.000 TEUs, o Brasil ainda está restrito a embarcações de até 11.500 TEUs. Carvalho explica que essa disparidade se deve à ausência de infraestrutura adequada e à falta de um planejamento estratégico para acompanhar os avanços do setor.

“Os navios cresceram em tamanho para reduzir o custo do frete, mas nossos portos ficaram no passado. A profundidade insuficiente nos canais de acesso e a ausência de um programa de dragagem contínua são os principais gargalos”, disse o advogado à Portos e Navios.

Para evitar novas perdas, o especialista defende uma modernização urgente da infraestrutura portuária. Ele sugere que investimentos em dragagens profundas, ampliação de terminais e a retomada dos leilões de concessão podem ser decisivos para o futuro dos portos brasileiros. Segundo ele, a concessão de serviços de dragagem ao setor privado é uma das medidas mais eficazes para melhorar a eficiência e a previsibilidade das operações.

Além da dragagem, Carvalho reforça que o setor privado pode desempenhar um papel crucial ao financiar inovações tecnológicas, ampliar terminais e implementar práticas de gestão mais eficientes. Essas ações, segundo ele, não apenas aumentariam a competitividade internacional, mas também impulsionariam o desenvolvimento econômico regional, gerando empregos e fortalecendo as cadeias produtivas.

“O Brasil precisa olhar para os portos como motores do crescimento econômico. Sem infraestrutura moderna e eficiente, continuaremos a perder espaço no mercado global e a desperdiçar oportunidades estratégicas”, conclui Carvalho.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 03/12/2024*

## ANP PREMIOU PROJETOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM 6 CATEGORIAS

*Da Redação Offshore 03/12/2024 - 21:36*



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis entregou, na última segunda-feira (2), no Rio de Janeiro, o Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2024. A cerimônia destacou a relevância da cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural. Durante a abertura, o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, ressaltou os impactos positivos da cláusula de PD&I, como avanços tecnológicos, geração de empregos qualificados e fortalecimento da capacidade tecnológica do país. Ele destacou o papel estratégico da inovação para o futuro energético e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

A edição de 2024 premiou seis categorias de projetos de PD&I, incluindo a inédita "Adoção Tecnológica", além de reconhecer personalidades do setor e trabalhos acadêmicos no âmbito do Programa de Formação de Recursos Humanos da ANP (PRH/ANP). O número de participantes aumentou significativamente em relação a 2023, com 128 projetos inscritos em PD&I e 71 trabalhos acadêmicos, superando os 100 e 26 inscritos, respectivamente, na edição anterior.

Os vencedores e finalistas receberam troféus e certificados. Na categoria "Exploração e Produção de Petróleo e Gás", o projeto "Desenvolvimento de um Novo Lançador Automático de PIG Submarino para Águas Profundas" foi premiado. Na área de "Transporte, Dutos, Refino e Abastecimento", o destaque foi o projeto "DETEPIG". Outros premiados incluem iniciativas voltadas à transição energética, meio ambiente, indústria 4.0 e adoção tecnológica, como o "i-Concept JIP" na nova categoria.



A categoria PRH reconheceu trabalhos como o artigo "Catalytic pyrolysis of vegetable oils over NbOPO<sub>4</sub> for SAF and green diesel production", da UFMG. As personalidades homenageadas foram Ângela Maria Cohen Uller, da UFRJ, e Isabel Teresa Derengowski Waclawek, da Total E&P do Brasil, por suas contribuições ao setor.

No encerramento, o diretor da ANP, Daniel Maia Vieira, destacou a diversidade de projetos e anunciou esforços para revisar e atualizar a resolução ANP 918/2023, visando refletir as demandas tecnológicas futuras e aprimorar as próximas edições do prêmio.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 03/12/2024

## MAIS 11 BLOCOS ENTRAM NA OFERTA PERMANENTE SOB REGIME DE PARTILHA

**Da Redação Offshore 03/12/2024 - 20:55**



O Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) assinaram, na última semana, uma manifestação conjunta referente a 11 blocos do polígono do Pré-Sal, completando as manifestações necessárias para os 14 blocos previstos na minuta do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção (OPP). Com isso, todos os blocos estão aptos a participar do ciclo da OPP.

A consulta pública sobre a minuta do edital está aberta até amanhã, 4 de dezembro, e as sugestões podem ser enviadas por meio do site oficial. A audiência pública será realizada em 11 de dezembro. Os 11 blocos incluídos nesta manifestação conjunta são Citrino, Larimar, Ônix, Itaimbezinho e Jaspe, na Bacia de Campos, além de Safira Oeste, Safira Leste, Amazonita, Ágata, Mogno e Ametista, na Bacia de Santos. Esses blocos foram autorizados para licitação pela Resolução nº 11/2023 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de acordo com a Resolução nº 17/2017 e a Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022.

Os demais blocos — Esmeralda, Jade e Turmalina — já contavam com manifestações conjuntas anteriores. As manifestações completas estão disponíveis para consulta online.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 03/12/2024

## DRAGAGEM NOS RIOS AMAZONAS E SOLIMÕES REFORÇA NAVEGABILIDADE E INFRAESTRUTURA FLUVIAL

**Da Redação Navegação 03/12/2024 - 19:16**

As obras de dragagem nos trechos Manaus-Itacoatiara e Coari-Codajás seguem em andamento, com investimento de R\$ 400 milhões ao longo de cinco anos, para garantir a navegabilidade dos rios Amazonas e Solimões. Realizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e viabilizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, o projeto busca fortalecer a infraestrutura fluvial, assegurar o transporte de mercadorias e melhorar a mobilidade na região, especialmente em resposta à severa seca de 2023-2024.

No trecho Manaus-Itacoatiara, o navio-draga Hopper Lindway, vindo dos Estados Unidos, opera em uma extensão de 200 km, removendo sedimentos de pontos críticos e garantindo o fluxo de insumos para a Zona Franca de Manaus. No trecho Coari-Codajás, utiliza-se a técnica de sucção recalque para manter a navegabilidade em locais estratégicos.

Essas intervenções fazem parte do Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária (Padma) e do Plano de Sinalização Náutica, assegurando a continuidade do transporte fluvial em rotas essenciais para a economia e a população do Amazonas.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 03/12/2024

## ESTALEIRO DE RECICLAGEM E TECON ESTÃO NO RADAR DO FUTURO COMPLEXO DO ES

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 02/12/2024 - 22:29



Direção do Porto Central renovou acordo com empresa europeia para instalação especializada em desmantelamento sustentável e busca operador de contêineres, diante da atual demanda por capacidade de movimentação

A gerente comercial do Porto Central, Jessica Chan, disse, nesta segunda-feira (2), que a empresa está em fase de negociação e com os estudos técnicos necessários para o desenvolvimento dos terminais nas próximas etapas do complexo portuário, cuja primeira começa esta semana e tem previsão de entrada em operação em dezembro de 2027. Segundo Jéssica, os destaques são um estaleiro de descomissionamento e reciclagem sustentável de navios, em parceria com a M.A.R.S Inc., além de um hub de movimentação de contêineres para navios com capacidade de até 25 mil TEUs.

Em novembro, a Modern American Recycling Services (M.A.R.S.) e o Porto Central renovaram o memorando de entendimento (MoU) assinado em maio de 2024, a fim de estender a parceria para avançar nos estudos de viabilidade para a implantação de um estaleiro de reciclagem e descomissionamento de navios no complexo portuário. A M.A.R.S. Europa S.A. consolidou sua presença no Brasil com a criação da subsidiária 'M.A.R.S. do Brasil', ampliando suas operações no país.

O site oficial da empresa europeia já menciona o município de Presidente Kennedy (ES) como o local da nova instalação. A iniciativa busca unir a infraestrutura de águas profundas e capacidade de receber grandes embarcações do Porto Central com a expertise da M.A.R.S. em projetos complexos de reciclagem de navios.

A avaliação é que esse movimento acompanha uma demanda global crescente por instalações sustentáveis de reciclagem de navios, impulsionada pela expectativa de descomissionamento de embarcações e plataformas offshore nos próximos anos. A Convenção de Hong Kong (HKC), que trata do tema, entra em vigor em meados de 2025.

Para o Porto Central, contar com um estaleiro sustentável de reciclagem, posiciona o empreendimento em uma localização estratégica para atender tanto as principais rotas marítimas quanto às demandas do mercado nacional, consolidando o Brasil como um polo de reciclagem sustentável na América Latina.

“O memorando de entendimento assinado com a M.A.R.S. foi renovado em novembro para desenvolvimento estaleiro de reciclagem sustentável e descomissionamento de navios. Estamos em estudos avançados para desenvolvimento de estaleiro no Porto Central. Esse é um trabalho em andamento”, destacou Jéssica. Ela ressaltou que, além das tratativas com a M.A.R.S especificamente para descomissionamento e reciclagem, há estudos para atividade de reparo e construção de navios em outras instalações dentro do complexo, além de uma base de apoio offshore para atendimento de operações dentro da estrutura do projeto.

A gerente comercial acrescentou que o porto pretende atrair um operador de contêineres aproveitando a demanda do setor por mais capacidade de movimentação desse tipo de carga, com a oferta de um atracadouro com águas profundas. O escopo prevê 18 metros de profundidade para recepção de navios com até 25 mil TEUs de capacidade. “Há uma demanda expressiva para a movimentação de contêineres e nos colocamos com posição diferenciada no Brasil porque podemos



nos tornar hub de contêineres, tanto para entrada e saída, como para distribuição de contêineres na América Latina”, afirmou Jéssica.

A direção avalia que o Porto Central se posiciona como nova alternativa para atender ao crescimento das demandas nos setores de energia e portuário. Na área de petróleo e gás, Jéssica destacou o crescimento da demanda de produção de forma contínua e robusta. Ela observa empresas anunciando investimentos bilionários em novos FPSOs, além de novas produções e da necessidade de novas infraestrutura portuária na região Sudeste, para reduzir filas de navios e custos de demurrage que estão ocorrendo em outros portos. “Enxergamos que o Porto Central complementa outros portos nessa demanda por capacidade portuária para fazer essas operações”, resumiu a gerente comercial.

### Energias renováveis

Um dos planos é integrar operações de energias renováveis, como parques solares e eólicos offshore, para apoiar estratégias de descarbonização e transição energética, incluindo projetos ligados ao hidrogênio. Jéssica disse que esse desenvolvimento será implementado em fases, alinhado às demandas do mercado e às necessidades dos clientes, garantindo flexibilidade, eficiência e alinhamento estratégico ao crescimento do empreendimento.

A ideia é disponibilizar a infraestrutura portuária para apoiar esses projetos renováveis, que terá quase 10 hectares de área reservada para produção de hidrogênio verde (H2V). Segundo a gerente comercial, a região é favorável para renováveis e existem empresas estudando desenvolvimento de projetos eólicos e solar. No caso dos eólicos offshore, num raio de 100 quilômetros do Porto Central existem mais de 30 gigawatts (GW) de projetos eólicos offshore que já pediram licença ambiental junto ao Ibama.

“Temos base de apoio offshore para esses projetos e área para receber essa energia e transformá-la em combustíveis verdes. Temos projetados e licenciados 13 berços para granéis líquidos. Já estamos preparados desde agora para exportar esse H2V produzido futuramente”, afirmou Jéssica. “Temos visto que projetos de energia verde estão sendo projetados para depois de 2030, então ele vem para ser desenvolvido em fases seguintes do Porto Central”, projetou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 02/12/2024*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 04/12/2024*